

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 004

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 21 DE FEVEREIRO DE 2001

ANO XXVII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PTB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PSDB

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANNIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSL

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Valdir Rossoni
Líder da Oposição Orlando Pessuti
PTB Ademar Traiano
PFL Plauto Miró Guimarães
PMDB Nereu Moura
PPB Tony Garcia
PT Hermes Fonseca
PDT Edgar Bueno
PSDB Sérgio Spada
PL Pastor Edson Praczyk
PSL Edno Guimarães
PST Divanir Braz Palma

Representação Partidária

PFL - 10: Aparecido Custódio da Silva - Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães; PTB - 10: Ademar Traiano - Algaci Tulio - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Ricardo Chab - Tiago Amorim Novaes - Valdir Rossoni; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho - Sérgio Spada; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PSL - 03: Edno Guimarães - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PDT - 02: Eli Ghellere - Luiz Carlos Zuk; PSB - 02: Moysés Leônidas - Ricardo Maia; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PL - 02: Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSC - 01: Miltinho Pupio; SEM PARTIDO - 01: Antonio Carlos Belinati.

Ato da Presidência:**DECRETO LEGISLATIVO Nº 002/2001****Súmula:**

Referenda o Decreto Legislativo nº 001/2001, de 01 de fevereiro de 2001, que autorizou o senhor governador do Estado do Paraná a ausentar-se do País, com destino aos Estados Unidos da América.

Data: 16 de fevereiro de 2001.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, o seguinte decreto legislativo:

Art. 1º - Fica referendado o Decreto Legislativo nº 001/2001, de 01 de fevereiro de 2001, que autorizou o governador do Estado, ausentar-se do País, no período compreendido entre os dias 06 e 12 do corrente mês, com destino aos Estados Unidos da América, a fim de atender convite do Conselho Internacional de Comunidades com Visão Social e do Comitê de Prêmios para receber o "ICCC- PIONEER AWARD" (Prêmio Pioneiro ICCC) e, também, proferir palestra na 2ª Conferência Anual "Comunidades com Visão Social para o Século XXI: Imaginando o Possível", a ser realizada no dia 08 de fevereiro de 2001, na Sede da Organização das Nações Unidas - ONU.

Art. 2º - Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 21.02.2001.

(a) HERMAS BRANDÃO
Presidente

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 003ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
21 DE FEVEREIRO DE 2001**

(quarta-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Edno Guimarães e Antonio Anibelli.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Ângelo Vanhoni, Antonio Carlos Belinati, Aparecido Custódio da Silva, Basílio Zanusso, Beraldin, Caíto

Quintana, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Eli Ghellere, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Moysés Leôndas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Plauto Miró Guimarães, Renato Gaucho, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:**Indicações:**

Ofício 013/01/GL-PMDB.

Curitiba, 21 de fevereiro de 2001.

Senhor Presidente.

Pelo presente, temos a satisfação de encaminhar em anexo, a indicação do PMDB, para a composição das Comissões Permanentes desta Casa de Leis.

Aproveito a oportunidade para renovar meu votos de elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 21.02.2001.

(a) NEREU MOURA
Líder do PMDB

**CONSTITUIÇÃO DO PMDB PARA AS
COMISSÕES PERMANENTES EM 2001**

Comissão de Constituição e Justiça
Titulares: Orlando Pessuti, Caíto Quintana
Suplentes: Nereu Moura, Edson Strapasson

Comissão de Finanças
Titular: Ademir Bier
Suplente: Caíto Quintana

Comissão de Orçamento
Titular: Nereu Moura
Suplente: Orlando Pessuti

Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio
Titular: Orlando Pessuti
Suplente: Ademir Bier

Comissão de Obras Públicas, Transportes
e Comunicações
Titular: Edson Strapasson
Suplente: Waldyr Pugliesi

Comissão de Educação, Cultura e Esportes
Titular: Waldyr Pugliesi
Suplente: Caíto Quintana

Comissão de Terras, Imigração e Colonização
Titular: Nereu Moura
Suplente: Orlando Pessuti

Comissão de Segurança Pública
Titular: Edson Strapasson
Suplente: Ademir Bier

Comissão de Saúde Pública
Titular: Waldyr Pugliesi
Suplente: Orlando Pessuti

Comissão de Redação
Titular: Orlando Pessuti
Suplente: Edson Strapasson

Comissão de Tomada de Contas
Titulares: Nereu Moura
Suplentes: Orlando Pessuti

Comissão de Turismo
Titular: Ademir Bier
Suplente: Nereu Moura

Comissão de Ecologia e meio Ambiente
Titular: Ademir Bier
Suplente: Edson Strapasson

Comissão de Fiscalização
Titular: Caíto Quintana
Suplente: Nereu Moura

Comissão de Mercosul
Titular: Caíto Quintana
Suplente: Waldyr Pugliesi

Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania
Titular: Waldyr Pugliesi
Suplente: Caíto Quintana

Comissão de Defesa do Consumidor
Titular: Edson Strapasson
Suplente: Waldyr Pugliesi

GABINETE DA LIDERANÇA DO PARTIDO
PROGRESSISTA BRASILEIRO - PPB
Curitiba, 21 de fevereiro de 2001.

Senhor Presidente.

Venho pelo presente passar a Vossa Excelência a relação dos nomes dos parlamentares do nosso Partido, que farão parte das Comissões Permanentes desta Casa, para o período legislativo de 2001/2002:

Comissão de Constituição e Justiça
Titular: Duílio Genari
Suplente: Tony Garcia

Comissão de Finanças
Titular: Duílio Genari
Suplente: Cesar Seleme

Comissão de Orçamento
Titular: Fernando Ribas Carli
Suplente: Duílio Genari

Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio
Titular: Fernando Ribas Carli
Suplente: Cesar Seleme

Comissão de Obras Públicas, Transportes
e Comunicações
Titular: Cesar Seleme
Suplente: Duílio Genari

Comissão de Educação, Cultura e Esportes
Titular: Cesar Seleme
Suplente: Fernando Ribas Carli

Comissão de Terras, Imigração e Colonização
Titular: Fernando Ribas Carli
Suplente: Duílio Genari

Comissão de Segurança Pública
Titular: Cesar Seleme
Suplente: Fernando Ribas Carli

Comissão de Saúde Pública
Titular: Fernando Ribas Carli
Suplente: Cesar Seleme

Comissão de Redação
Titular: Cesar Seleme
Suplente: Fernando Ribas Carli

Comissão de Tomada de Contas
Titular: Duílio Genari
Suplente: Cesar Seleme

Comissão de Turismo
Titular: Duílio Genari
Suplente: Fernando Ribas Carli

Comissão de Ecologia e Meio Ambiente
Titular: Fernando Ribas Carli
Suplente: Cesar Seleme

Comissão de Fiscalização
Titular: Duílio Genari
Suplente: Fernando Ribas Carli

Comissão do Mercosul
Titular: Fernando Ribas Carli
Suplente: Duílio Genari

Comissão de Direitos Humanos
Titular: Cesar Seleme
Suplente: Fernando Ribas Carli

Comissão do Consumidor
Titular: Fernando Ribas Carli
Suplente: Cesar Seleme

Sendo o que se nos apresenta para o momento, aproveitamos para reiterar protestos de elevada consideração.

Sala das Sessões, em 21.02.2001.

(a) TONY GARCIA
Líder do PPB

Ofício 001/Liderança

Curitiba, 21 de fevereiro de 2001

Senhor Presidente.

Ao cumprimentá-lo respeitosamente, venho pelo presente indicar os deputados do PSDB, para as Comissões desta Casa de Leis, que são os seguintes:

Comissão de Constituição e Justiça
Titular: Deputado José Maria Ferreira
Suplente: Deputado Beraldin
Titular: Deputado Sérgio Spada
Suplente: Deputado Luiz Fernando da Silva Litro

Comissão de Finanças
Titular: Deputado Beraldin
Suplente: Deputado Sérgio Spada

Comissão de Orçamento
Titular: Deputado Sérgio Spada
Suplente: Deputado José Maria Ferreira

Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio
Titular: Deputado Luiz Fernando da Silva Litro
Suplente: Deputado Renato Gaúcho

Comissão de Obras Públicas, Transportes

e Comunicações
Titular: Deputado Sérgio Spada
Suplente: Deputado Beraldin

Comissão de Educação, Cultura e Esportes
Titular: Deputado José Maria Ferreira
Suplente: Deputado Sérgio Spada

Comissão de Terras, Imigração e Colonização
Titular: Deputado Luiz Fernando da Silva Litro
Suplente: Deputado Beraldin

Comissão de Segurança Pública
Titular: Deputado Renato Gaúcho
Suplente: Deputado Luiz Fernando da Silva Litro

Comissão de Saúde Pública
Titular: Deputado Renato Gaúcho
Suplente: Deputado José Maria Ferreira

Comissão de Redação
Titular: Deputado Luiz Fernando da Silva Litro
Suplente: Deputado Sérgio Spada

Comissão de Turismo
Titular: Deputado Sérgio Spada
Suplente: Deputado Beraldin

Comissão de Ecologia e Meio Ambiente
Titular: Deputado Beraldin
Suplente: Deputado Renato Gaúcho

Comissão de Fiscalização da Assembléia Legislativa
Titular: Deputado Beraldin
Suplente: Deputado José Maria Ferreira

Comissão de Defesa do Consumidor
Titular: Deputado Sérgio Spada
Suplente: Deputado Renato Gaúcho

Comissão de Direitos Humanos
Titular: Deputado Renato Gaúcho
Suplente: Deputado Luiz Fernando da Silva Litro

Comissão do Mercosul
Titular: Deputado José Maria Ferreira
Suplente: Deputado Sérgio Spada

Comissão de Tomada de Contas
Titular: Deputado José Maria Ferreira
Suplente: Deputado Beraldin

Certo de poder contar com a atenção agradeço antecipadamente.

Sala das Sessões, em 21.02.2001.

(a) Deputado Sérgio Spada
Líder da Bancada do PSDB

GABINETE DA LIDERANÇA DO PFL

Curitiba, em 20 de fevereiro de 2001.

Senhor Presidente.

Através do presente, venho a Vossa Excelência no sentido de indicar a relação dos membros das Comissões permanentes desta Casa do Partido da Frente Liberal, neste próximo biênio, conforme anexo.

Sala das Sessões, em 21.02.2001.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Líder do PFL

CONSTITUIÇÃO DO PFL
PARA AS COMISSÕES PERMANENTES EM 2001

Comissão de Constituição e Justiça

Titulares: Basílio Zanusso, Marcos Isfer, Plauto Miró

Suplentes: Kielse, Chico Noroeste, Durval Amaral.

Comissão de Finanças

Titular: Marcos Isfer

Suplente: Plauto Miró

Comissão de Orçamento

Titular: Durval Amaral

Suplente: Plauto Miró

Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio

Titular: Plauto Miró

Suplente: Kielse

Comissão de Obras Públicas, Transportes
e Comunicações

Titular: Chico Noroeste

Suplente: Marcos Isfer

Comissão de Educação, Cultura e Esportes

Titular: Chico Noroeste

Suplente: Marcos Isfer

Comissão de Terras, Imigração e Colonização

Titular: Plauto Miró

Suplente: Kielse

Comissão de Segurança Pública

Titular: Custódio da Silva

Suplente: Chico Noroeste

Comissão de Saúde Pública

Titular: Kielse

Suplente: Custódio

Comissão de Redação

Titular: Custódio da Silva

Suplente: Kielse

Comissão de Tomada de Contas

Titular: Marcos Isfer

Suplente: Plauto Miró

Comissão de Turismo

Titular: Chico Noroeste

Suplente: Plauto Miró

Comissão de Ecologia e Meio Ambiente

Titular: Kielse

Suplente: Plauto Miró

Comissão de Fiscalização

Titular: Plauto Miró

Suplente: Marcos Isfer

Comissão de Mercosul

Titular: Plauto Miró

Suplente: Durval Amaral

Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania

Titular: Custódio da Silva

Suplente: Chico Noroeste

Comissão de Defesa do Consumidor

Titular: Chico Noroeste

Suplente: Custódio da Silva

Ofício nº 008/01-LID. DO PT

Curitiba, 21 de fevereiro de 2001.

Senhor Presidente.

Em atenção à solicitação contida em expediente dessa Presidência, de 19 do corrente, indicamos a seguir os nomes dos deputados do Partido dos Trabalhadores - PT para comporem as comissões permanentes dessa Casa:

Comissão de Constituição e Justiça

Titular: Hermes

Suplente: Luciana

Comissão de Finanças

Titular: Vanhoni

Suplente: Hermes

Comissão de Orçamento

Titular: Hermes

Suplente: Vanhoni

Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio

Titular: Luciana

Suplente: Vanhoni

Comissão de Obras Públicas, Transportes
e Comunicações

Titular: Vanhoni

Suplente: Luciana

Comissão de Educação, Cultura e Esportes
Titular: Vanhoni
Suplente: Hermes

Comissão de Terras, Imigração e Colonização
Titular: Luciana
Suplente: Vanhoni

Comissão de Segurança Pública
Titular: Vanhoni
Suplente: Luciana

Comissão de Saúde Pública
Titular: Hermes
Suplente: Vanhoni

Comissão de Redação
Titular: Vanhoni
Suplente: Hermes

Comissão de Tomada de Contas
Titular: Hermes
Suplente: Luciana

Comissão de Turismo
Titular: Vanhoni
Suplente: Luciana

Comissão de Ecologia e Meio Ambiente
Titular: Luciana
Suplente: Hermes

Comissão de Fiscalização da Assembléia Legislativa
Titular: Luciana
Suplente: Vanhoni

Comissão de Mercosul
Titular: Hermes
Suplente: Luciana

Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania
Titular: Luciana
Suplente: Hermes

Comissão de Defesa do Consumidor
Titular: Luciana
Suplente: Vanhoni

(a) HERMES FONSECA
Líder do PT

Ofício nº 047/2001 - GACB

Curitiba, 21 de fevereiro, 2001.

Senhor Presidente.

Sirvo-me do presente a fim de comunicar a Vossa Excelência que a partir desta data passo a integrar a Bancada do Partido Social Liberal - PSL nesta Casa de Leis.

Sem mais para o momento, renovo meus protestos de elevada consideração.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

Ofício nº 006/2000 Gab. Int.

Curitiba, 21 de fevereiro de 2001.

Senhor Presidente.

Na condição de Líder do Partido Trabalhista Brasileiro, estou enviando anexo os nomes dos senhores deputados (titulares e suplentes), que deverão compor as Comissões desta Casa de Leis.

Certos de estarmos contribuindo para o bom andamento das Comissões elevamos protestos de estima e apreço.

(a) ADEMAR LUIZ TRAIANO
Líder do PTB

Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio
Titular: Cezar Silvestri
Suplente: Ademar Luiz Traiano

Comissão de Constituição e Justiça
Titulares: Ademar Luiz Traiano, Carlos Simões e Algaci Tulio
Suplentes: Cezar Silvestri, Tiago Amorim e Luiz Accorsi

Comissão de Defesa do Consumidor
Titular: Ademar Luiz Traiano
Suplente: Ricardo Chab

Comissão de Direitos Humanos e Cidadania
Titular: Algaci Tulio
Suplente: Ricardo Chab

Comissão de Ecologia e Meio Ambiente
Titular: Algaci Tulio
Suplente: Cezar Silvestri

Comissão de Educação, Cultura e Esportes
Titular: Algaci Tulio
Suplente: Luiz Accorsi

Comissão de Finanças
Titular: Luiz Accorsi
Suplente: Tiago Amorim

Comissão de Orçamento
Titular: Cezar Silvestri
Suplente: Algaci Tulio

Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio
Titular: Cezar Silvestri
Suplente: Ademar Luiz Traiano

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações

Titular: Luiz Carlos Alborghetti
Suplente: Algaci Tulio

Comissão de Educação, Cultura e Esportes
Titular: Algaci Tulio
Suplente: Luiz Accorsi

Comissão de Terras, Imigração e Colonização
Titular: Luiz Accorsi
Suplente: Ricardo Chab

Comissão de Segurança Pública
Titular: Ricardo Chab
Suplente: Luiz Carlos Alborghetti

Comissão de Saúde Pública
Titular: Luiz Accorsi
Suplente: Luiz Carlos Alborghetti

Comissão de Redação
Titular: Carlos Simões
Suplente: Tiago Amorim

Comissão de Tomada de Contas
Titular: Luiz Accorsi
Suplente: Ricardo Chab

Comissão de Turismo
Titular: Tiago Amorim
Suplente: Algaci Tulio

Comissão de Ecologia e Meio Ambiente
Titular: Algaci Tulio
Suplente: Cezar Silvestri

Comissão de Fiscalização
Titular: Cezar Silvestri
Suplente: Algaci Tulio

Comissão de Mercosul
Titular: Ademar Luiz Traiano
Suplente: Tiago Amorim

Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania
Titular: Algaci Tulio
Suplente: Ricardo Chab

Comissão de Defesa do Consumidor
Titular: Ademar Luiz Traiano
Suplente: Ricardo Chab

LCM/AL/19.286/2001

Senhor Presidente.

Os deputados que subscrevem o presente, no uso de suas atribuições regimentais, COMUNICAM à Mesa Executiva e Plenário desta Casa, que o novo líder do Par-

tido Social Liberal - PSL, é o deputado Luiz Carlos Martins.

Sala das Sessões, em 21.02.2001.

(aa) LUIZ CARLOS MARTINS
GERALDO CARTÁRIO
ANTONIO CARLOS BELINATI
EDNO GUIMARÃES

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 153

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o plenário, a votação em bloco, das Proposições -Veto constantes da Ordem do Dia da presente sessão ordinária.

Sala das Sessões, em 21.02.2001

(a) ADEMAR TRAIANO

REQUERIMENTO Nº 158

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais, e na forma regimental, REQUER após ouvido o douto Plenário, Retirada por 10 sessões do Projeto de Lei nº 230/99, item 09, em 1ª discussão, de minha autoria, constante da Ordem do Dia da presente sessão ordinária.

Sala das Sessões, em 21.02.2001.

(a) RENATO GAUCHO

REQUERIMENTO Nº 154

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e legais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, realização de sessão solene, para outorga de Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao senhor Genésio Gabriel Gava, a se realizar no dia 03 de maio de 2001, às 17:00 horas.

Sala das Sessões, em 21.02.2001.

(a) BERALDIN

REQUERIMENTO Nº 120

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, à Mesa, após ouvido o Plenário, a instalação de sessão plenária itinerante, no próximo dia 19 de abril de 2001, às 20:00 horas, na cidade de Maringá, ocasião em que far-se-á a entrega de Título de Cidadão Benemérito ao Excelentíssimo senhor Ercílio Santinoni, digníssimo presidente da Conampi- confederação Nacional das Entidades de Micro e Pequenas Empresas Industriais.

Sala das Comissões, em 21.02.2001.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

REQUERIMENTO Nº 138

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, o registro nos anais desta Casa do falecimento do senhor Pedro Casa-grande.

Sala das Sessões, em 21.02.2001.

(a) LUIZ ACCORSI

REQUERIMENTO Nº 139

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, o registro nos anais desta Casa do falecimento da senhora Nair Soares Cordeiro.

Sala das Sessões, em 21.02.2001.

(a) LUIZ ACCORSI

REQUERIMENTO Nº 102

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja encaminhada mensagem de congratulações, ao Ilustríssimo senhor Valdinei José Peló, prefeito municipal de Rancho Alegre D'Oeste pela eleição e posse na presidência da Comcam - Comunidade dos Municípios da Região de Campo Mourão, que congrega vinte e cinco municípios da Microrregião 12 (Centro Oeste do Paraná).

Sala das Sessões, em 21.02.2001.

(a) NELSON TURECK

REQUERIMENTO Nº 110

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao desembargador Tadeu Marino Loyola Costa, pela posse como corregedor-geral de Justiça do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 21.02.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Em data de 1º de fevereiro de 2001, tomou posse o novo corregedor-geral de Justiça do Estado do Paraná, desembargador Tadeu Marino Loyola Costa, em substituição ao doutor Osiris Fontoura.

O novo corregedor-geral é curitibano e é formado em Direito pela Universidade Federal do Paraná.

Ingressou na magistratura em 1964, como juiz substituto de Jacarezinho. Assumiu também as comarcas de Andirá, Cambará, Siqueira Campos, Carlópolis, Ribeirão Claro, Foz do Iguaçu, Cascavel, Lapa, Rio Negro, Paranaguá, Morretes e Antonina.

Em 1965 foi promovido juiz de direito e trabalhou em Piraí do Sul, Primeiro de Maio, Ponta Grossa e Curitiba.

Em 1985 foi para o Tribunal de Alçada e em 1993 assumiu o cargo de desembargador do Tribunal de Justiça.

De junho de 2000 a janeiro de 2001 presidiu o Tribunal Regional Eleitoral.

Pela posse como novo corregedor-geral de Justiça do Estado do Paraná, com desejos de muito sucesso na nova empreitada, receba o desembargador Tadeu Marino Loyola Costa (Tribunal de Justiça - Centro Cívico - Curitiba) os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 111

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao doutor Altair Fernando Patitucci, pela posse como vice-presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 21.02.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Em data de 1º de fevereiro de 2001 tomou posse o novo vice-presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, desembargador Altair Fernando Patitucci.

O novo vice-presidente do TJ é curitibano, formado em Direito pela Universidade Federal do Paraná. Entrou na carreira jurídica como promotor, em 1958, atuando em Piraí do Sul e Palmeira. Em 1960, assumiu, como juiz substituto a comarca de Ponta Grossa. Na condição de juiz de Direito, atuou em Reserva, Bandeirantes, Umuarama, Guarapuava e Curitiba. Em 1985 tomou posse como juiz do Tribunal de Alçada do Paraná e oito anos mais tarde, tornou-se desembargador do Tribunal de Justiça. Também atuou como professor de Direito e é autor das apostilas: "Legislação Municipal - Técnica Legislativa e Direito Administrativo".

Pela posse como novo vice-presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, com desejos de muito sucesso na nova empreitada, receba o desembargador Altair Fernando Patitucci (Tribunal de Justiça - Centro Cívico - Curitiba) os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 112

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao desembargador Vicente Troiano Netto, pela posse como presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 21.02.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Em data de 1º de fevereiro de 2001 tomou posse o novo presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, em substituição ao doutor Sydney Dittrich Zappa.

Vicente Troiano Netto é paulista, mas reside no nosso Estado há muitos anos. Ele é formado em Direito pela Universidade Federal do Paraná e ingressou na car-

reira em 1962, quando passou no concurso para juiz substituto e assumiu as comarcas de Jacarezinho, Londrina e Apucarana. A partir de 1963 atuou como juiz de Direito em Marilândia do Sul, Laranjeiras do Sul, Paranacity, Bela Vista do Paraíso, Cruzeiro do Oeste, Mandaguari, Apucarana e Curitiba.

Em 1985 foi nomeado, por merecimento, para exercer o cargo de juiz do Tribunal de Alçada, onde permaneceu até a sua nomeação, em abril de 1988, para o cargo de desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná. No TJ participou de diversas comissões, presidindo a 4ª Câmara Cível. Exerceu também as funções de vice-presidente, corregedor e presidente do Tribunal Regional Eleitoral.

Ao novo presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná - desembargador Vicente Troiano Netto (Tribunal de Justiça - Centro Cívico - Curitiba), com desejo de muito sucesso à frente daquele importante Órgão de Justiça, receba os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 113

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao laboratório de análises clínicas da Paraná Clínicas pela certificação ISO 9002.

Sala das Sessões, em 21.02.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O laboratório de análises clínicas da Paraná Clínicas de Curitiba recebeu no dia 08 de janeiro a certificação ISO 9002, concedido pela Sociedade Certificadora BQVI, que tem reconhecimento mundial. A empresa, uma das maiores na área de planos de saúde empresariais tem a certificação como um primeiro passo de seu plano interno de qualidade - o Qualidade Total. O objetivo agora é expandir o plano de qualidade para toda a empresa.

A certificação recebida é o reconhecimento do trabalho que a empresa vem desenvolvendo em favor de seus clientes. O laboratório ocupa 10% da área de 5 mil metros quadrados da Paraná Clínicas e nele são realizados exames em sete áreas: bioquímica, hematologia, microbiologia, imunologia, hormônios, parasitologia e urinálise.

Durante dez anos consecutivos o laboratório da Paraná Clínicas alcançou o conceito "excelente" na avaliação da Sociedade Brasileira de Patologia Clínica e este conceito é coroado agora com a certificação ISO 9002.

Pela merecida certificação recebida, receba a Paraná Clínicas, através de sua coordenadora de qualidade - Luciana Piva e do gerente do laboratório de análises clínicas - doutor Roberto Guerra Dall'Stela (Avenida Sete de Setembro, 4713 - Curitiba) os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 114

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à Comcam - Comunidade dos Municípios da Região de Campo Mourão - Microrregião XII, pela eleição e posse de sua nova diretoria.

Sala das Sessões, em 21.02.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A Comcam - Comunidade dos Municípios da Região de Campo Mourão - Microrregião XII, em data de 09 de fevereiro de 2001, elegeu e empossou sua nova diretoria para a gestão 2001/2002, que ficou assim constituída:

- Presidente: Valdinei José Peló - Rancho Alegre d'Oeste
- 1º Vice-Presidente: Narciso J. Cacilha - Quinta do Sol
- 2º Vice-Presidente: Elza M. Gonçalves - Barboza Ferraz
- 1º Secretário: Wilson Antonio Tureck - Luiziana
- 2º Secretário: José Marcos G. Lopes - Peabiru
- 1º Tesoureiro: Cláudio Gotardo - Boa Esperança
- 2º Tesoureiro: Hugo Berti - Moreira Sales

Conselho Fiscal:

- Arnaldo Sucupira - Ubiratã
- Armando A. de Souza - Mamborê
- Same Saab - Iretama

Suplentes:

- José Paschoal do Prado - Quarto Centenário
- Paulo Andreoli Gonçalves - Campina da Lagoa
- Avelino Bortolini - Janiópolis

Orador:

- Antonio Bernardino Sena - Goioerê

A toda a nova diretoria eleita da Comcam (Rua Brasil, 879 - 87301-140 - Campo Mourão / PR), com desejo de muito sucesso à frente desta nova gestão, recebiam os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 115

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à Associação dos Municípios dos Campos Gerais - AMCG, pela eleição e posse de sua nova diretoria.

Sala das Sessões, em 21.02.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Municípios dos Campos Gerais - AMCG, em 25 de janeiro de 2001 elegeu e empossou sua nova diretoria para a gestão 2001/2002, que ficou assim constituída:

- Presidente: Reinaldo Cardoso - Castro

- Vice-Presidente: José Tibagy Filho - Tibagi
 - 1º Secretário: Sidnei da Silva Mendes - Imbaú
 - 2º Secretário: Marlene de O. Mattos de Pádua -
 Ortigueira
 - 1º Tesoureiro: Jorge Sloboda - Ivaí
 - 2º Tesoureiro: Carlos Hugo W. Von Graffen -
 Telêmaco Borba

Conselho Fiscal:

- Presidente: Péricles de Holleben Mello - Ponta
 Grossa
 - Conselheiro: Mussoline Mansani - Palmeira
 - Conselheiro: Valentim Zanello Milléo - Piraí do
 Sul
 - Conselheiro: Ademir Schulli - Porto Amazonas
 - Conselheiro: Carlos Mário Justus Martins -
 Reserva

A toda a nova diretoria eleita da Associação dos
 Municípios dos Campos Gerais - AMCG (Avenida Vis-
 conde de Taunay, 950 - 4º andar - 84051-900 - Ponta
 Grossa / PR), com desejo de muito sucesso à frente desta
 nova gestão, recebam os votos de congratulações do
 Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 116

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atri-
 buições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o
 douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao
 Secovi-PR, pela comemoração de seus 18 anos.

Sala das Sessões, em 21.02.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Secovi-PR, sindicato que representa as empresas
 de compra, venda, locação, administração e incorporação
 de imóveis e condomínios residenciais e comerciais do
 Paraná está completando 18 anos de atuação neste mês de
 fevereiro. Atuando de forma ágil, com bom atendimento
 e uma variedade de opções de serviços, o Secovi-Paraná
 recebe mensalmente manifestações de satisfação de seus
 representados.

O reconhecimento da Instituição como uma enti-
 dade dinâmica está na sua relação de serviços prestados:
 atendimento pessoal, respostas de cartas e e-mails, orien-
 tação jurídica, pesquisas mensais de compra, venda e
 locação de imóveis, disque condomínio, cursos, palestras
 e eventos para síndicos e imobiliárias, SecoviMed
 (Curitiba), SindiMed (Maringá), Merconopi - Sistemas
 de Negócios Imobiliários, Mercodados (oferta de imóveis
 para compra e venda), Comitê de Locação do Mercado
 Imobiliário, Câmara de Mediação e Arbitragem (em par-
 ceria com o Sinduscon), Revista da Habitação, coluna
 semanal na Gazeta do Povo, convênios com a Câmara de
 Valores Imobiliários, seguro fiança, prefeituras e secreta-
 rias de Estados e municípios.

Um dos setores que mais vem se destacando no
 Secovi-PR é o da administração de condomínios, que tem

por objetivo agilizar e ampliar o atendimento aos mais de
 10 mil condomínios e empresas representadas.

Ao Secovi-PR, pela comemoração de seus 18 anos,
 através de seu presidente senhor Hudson Bonomo (Rua
 Padre Anchieta, 165 - Curitiba) os votos de congratula-
 ções do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 117

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atri-
 buições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o
 douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao
 casal Dionéia e Walter Withers, pela comemoração de
 bodas de ouro.

Sala das Sessões, em 21.02.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O casal Dionéia e Walter Withers comemoraram,
 em bonita cerimônia, bodas de ouro. Ao lado da grande
 família que constituíram ao longo de tantos anos felizes
 juntos, o casal, pertencente à família Withers, que faz
 parte da história de Antonina, no litoral do nosso Estado,
 desde a fase áurea de porto da cidade, comemorou com
 cerimônia religiosa na Igreja Cristo Rei e depois recep-
 ção no Círculo Militar.

Com muitos amigos também conquistados ao
 longo de suas vidas, o casal recebeu cumprimentos junta-
 mente com os filhos Walter Luiz, Luiz Fernando, Luiz
 Henrique e Pedro Paulo e as bonitas netas.

Que Deus continue sempre iluminando o caminho
 deste simpático casal. Recebam Dionéia e Walter Withers
 (Rua Chile, 600 - Curitiba), os votos de congratulações
 do Poder Legislativo do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 118

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atri-
 buições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o
 douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao
 secretário Miguel Salomão, por ter sido eleito para presi-
 dir por mais um ano o Fórum Nacional dos Secretários
 Estaduais do Planejamento.

Sala das Sessões, em 21.02.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O secretário de Estado do Planejamento do Paraná
 - Miguel Salomão, foi reeleito em Brasília para presidir
 por mais um ano o Fórum Nacional de Secretários Esta-
 duais de Planejamento. Foi aclamado pelos 27 secretários
 que participaram do encontro e ele se absteve de votar.

O fato demonstra a competência e dedicação ao
 cargo de que é investido o nosso secretário, que, ao longo
 de sua carreira tem demonstrado amor ao seu trabalho em
 prol do povo e do nosso Estado.

Ao secretário Miguel Salomão (Secretaria de
 Estado do Planejamento - Edifício Castelo Branco -

80.530-914 - Curitiba / PR), pela reeleição, receba os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 124

Senhor Presidente.

O deputado estadual que subscreve o presente requerimento, usando de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após a anuência do Plenário, o registro nos Anais da sessão desta data, das congratulações deste Poder Legislativo à garota Juliana Valiati, de Marechal Cândido Rondon, por ter sido a vencedora do concurso de jovens talentos da Rede Globo de Televisão, no programa Gente Inocente.

De outra parte, requer ainda a transcrição na Ata da sessão de hoje, da matéria publicada pelo jornal O Paraná, de Cascavel, com o título “Fera do Oeste brilha em Gente Inocente”, cuja matéria está apensada ao presente requerimento.

Caso aprovado o presente requerimento, solicita-se que seja dado ciência do seu conteúdo à vencedora homenageada, no seguinte endereço: Sede Distrital de Porto Mendes - CEP 85.976-000 - Marechal Cândido Rondon - Paraná.

Sala das Sessões, em 21.02.2001.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 140

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à Legião Paranaense dos Expedicionários, pela comemoração de 56 anos da histórica Tomada do Monte Castelo, na Itália, pela Força Expedicionária Brasileira - FEB, em 21 de fevereiro de 1945.

Sala das Sessões, em 21.02.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Comemora-se hoje - 21 de fevereiro - 56 anos da batalha ocorrida na Itália, denominada Tomada do Monte Castelo. Triste é comemorar uma batalha, parte de uma guerra, mas sendo um ato heróico da nossa Força Aérea Brasileira - FEB, não podemos deixar de comemorá-la com muito orgulho.

Lutaram nesta inesquecível batalha quatro mil homens de regimentos e batalhões brasileiros. Destes quatro mil heróis, 465 morreram - 28 deles eram paranaenses.

A Tomada do Monte Castelo é considerada a maior vitória da FEB e é lembrada por muitos com emoção - especialmente parentes dos que lá estiveram e ex-combatentes que viram tudo de perto, que construíram essa história. O combate foi feito por soldados do I e III Batalhões do Regimento Sampaio, que enfrentara, entre as já inúmeras dificuldades existentes em uma guerra, cerca de noventa dias com uma temperatura de vinte graus abaixo de zero. Durante 3 meses seguidos, foram

quatro tentativas de tomar o local e somente na quinta tentativa é que o batalhão conseguiu tomar o Monte Castelo. A defesa alemã - uma das mais estruturadas da guerra - não intimidou nossas tropas, que marcharam firmes em direção ao inimigo, confiantes no espírito de união e patriotismo que os guiava e que os levou à vitória. A memorável data de 21 de fevereiro de 1945, quando o Regimento Sampaio lançou-se ao ataque, jamais foi esquecido e anualmente são rendidas homenagens àqueles bravos que lutaram pelo nosso País.

À Legião Paranaense dos Expedicionários, pela gloriosa e heróica comemoração de 56 anos da Tomada do Monte Castelo, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 144

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao juiz José Augusto Aniceto, por ter assumido o cargo de diretor do Fórum Cível de Curitiba.

Sala das Sessões, em 21.02.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O doutor José Augusto Aniceto - juiz de Direito - assumiu como novo diretor do Fórum Cível de Curitiba.

O novo diretor atuava na 19ª Vara Cível e substituiu o juiz Gamaliel Seme Scaff, titular da 18ª Vara Cível. Ascensão muito merecida, já que o doutor José Augusto Aniceto vem pautando sua carreira jurídica com impecável zelo e incomensurável dedicação. Ele assume por um período de dois anos, nos quais ficará responsável pelas vinte e uma Varas Cíveis da nossa Capital e pelos demais órgãos ligados ao fórum.

Pela posse como novo diretor do Fórum Cível de Curitiba, receba o doutor José Augusto Aniceto, com desejo de muito sucesso na nova empreitada, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 130

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja convalidado o Regimento Interno do Parlamento do Sul - Parlasul, em versão aprovada em Assembléia Geral realizada na cidade de Foz do Iguaçu, no dia 18.12.2000.

Sala das Sessões, em 21.02.2001.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

O novo Regimento Interno, aprovado pelos componentes do Parlasul, contempla diversas alterações que foram objeto de troca de informações, entre os escalões técnicos daquela entidade regional e representava uma das metas de trabalho do presidente Nelson Justus.

Entre estas, merece destaque a ampliação do mandato dos seus presidentes para 12 meses e a possibilidade de transferência de comando da condução dos destinos do Parlasul para outros parlamentares, de acordo com as conveniências específicas dos presidentes das Assembleias Legislativas de cada um dos integrantes do colegiado.

REQUERIMENTO Nº 136

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de ofício ao Excelentíssimo senhor Nelson Justus, Digníssimo secretário de Estado dos Transportes, solicitando a urgente implantação de sinalização vertical e horizontal na estrada ligando Realeza e Santa Izabel do Oeste, até o trevo de acesso a Cascavel e Francisco Beltrão.

Sala das Sessões, em 21.02.2001.

(a) TIAGO AMORIM NOVAES

JUSTIFICATIVA:

A estrada em referência não possui qualquer tipo de sinalização viária, colocando em risco a vida das pessoas que diariamente transitam naquela rodovia, havendo assim a necessidade premente de se tomar providências objetivando, pelo menos, a implantação de sinalização horizontal, para que o tráfego se torne seguro, evitando dessa forma possíveis acidentes automobilísticos, especialmente em dias de chuva e à noite.

Trata-se de reivindicação de toda a sociedade de ambos municípios e diversas entidades, como o Rotary Clube de Realeza, que tem buscado sensibilizar as autoridades para essa questão que, temos certeza, receberá especial atenção do secretário Nelson Justus.

REQUERIMENTO Nº 151

Senhor Presidente.

Os deputados estaduais que firmam o presente requerimento, usando de suas prerrogativas regimentais, REQUEREM, após a anuência do Plenário, que seja oficiado ao secretário de Estado de Segurança Pública, no sentido de ser priorizada a instalação do Batalhão de Fronteira na cidade de Marechal Cândido Rondon, consoante a Lei Estadual nº 12.066.

A presente solicitação se faz necessária em face do recrudescimento dos índices de violência nos municípios lindeiros ao reservatório da Itaipu Binacional, principalmente na cidade de Foz do Iguaçu. O que decorre de sua condição fronteiriça com o Paraguai e a Argentina.

A implantação do Batalhão de Fronteira em Marechal Cândido Rondon, provocará uma nova dinâmica de segurança pública na região limítrofe. Pois, com a nova unidade, o 14º Batalhão da Polícia Militar de Foz do Iguaçu, terá reduzida, em muito, a sua atual área de abrangência, permitindo com isso uma maior e melhor atenção ao espaço das três fronteiras.

Por estas razões e outras relacionadas à questão da segurança na Costa Oeste, que se faz premente a implantação do Batalhão de Fronteira.

Sala das Sessões, em 21.02.2001.

(a) ELIO RUSCH

Apoioamento:

Sérgio Spada e Chico Noroeste.

REQUERIMENTO Nº 121

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao doutor João Alberto Sautchuk, engenheiro chefe do 9º Distrito Rodoviário Federal (DNER) enviando-lhe fotocópia da reportagem contida no jornal O Comércio, de União da Vitória, do dia 09 do corrente, intitulada: BR-153 pede socorro urgente.

Sala das Sessões, em 21.02.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Como representantes da região, transitamos quase que semanalmente pela rodovia BR-153, por onde passam também milhares de veículos diariamente, em especial caminhões que transportam a riqueza do Sul e Sudoeste, bem como parte do Estado de Santa Catarina.

A situação da BR-153, especialmente no trecho de União da Vitória e General Carneiro, encontra-se quase intransitável, causando preocupações para os usuários.

Estamos próximos da operação safra, quando é previsto o trânsito de entre 10.000 a 12.0000 veículos diariamente.

Infelizmente, as condições da BR-153 não oferecem segurança para os motoristas que por ali trafegam. As crateras na estrada são enormes, falta acostamento, a sinalização está completamente coberta pelo mato. Não existem placas indicando o início ou o fim da 3ª pista.

Fazemos este apelo dramático ao doutor João Alberto Sautchuk, engenheiro chefe do 9º Distrito Rodoviário Federal (DNER) e, estamos certos que providências urgentes serão tomadas para resolver de uma vez por todas esse angustiante problema que preocupa a todos os usuários dessa importante rodovia.

Aguardamos, pois, resposta satisfatória com certa urgência, para que possamos tranquilizar a todos.

REQUERIMENTO Nº 123

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e depois de ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER, envio de expediente ao Excelentíssimo senhor secretário de Estado dos Transportes do Estado do Paraná, Nelson Justus, solicitando que o DER - Departamento de Estradas de Rodagem, providencie melhorias na iluminação do trevo da PR-092 - Rodovia dos Minérios - km 21,5, na localidade de Tranqueira, município de Almirante Tamandaré.

Justifica-se tal requerimento, atendendo reivindicação de muitos moradores da localidade de Tranqueira, que clamam por melhorias na Rodovia dos Minérios, no trevo supracitado, melhorando assim as condições de segurança daquela população.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Regimento desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 21.02.2001.

(a) EDSON STRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 103

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, vem à ilustre presença de Vossa Excelência e aos demais Pares desta egrégia Casa, para REQUERER, após ouvido o Plenário, que seja enviada correspondência ao Excelentíssimo senhor Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus, Digníssimo secretário de Estado dos Transportes, solicitando que sejam tomadas medidas urgentes no sentido de recuperar a malha asfáltica da estrada PR-465 (trecho Araruna - Peabiru), numa distância de 15 (quinze) quilômetros.

Sala das Sessões, em 21.02.2001.

(a) NELSON TURECK

REQUERIMENTO Nº 104

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, vem à ilustre presença de Vossa Excelência e aos demais Pares desta egrégia Casa, para REQUERER, após ouvido o Plenário, que seja enviada correspondência ao Excelentíssimo senhor Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus, Digníssimo secretário de Estado dos Transportes, solicitando que sejam tomadas medidas urgentes no sentido de recuperar a malha asfáltica da estrada PR-549 (trecho Corumbataí do Sul - Barbosa Ferraz) numa distância de 15 (quinze) quilômetros.

Sala das Sessões, em 21.02.2001.

(a) NELSON TURECK

REQUERIMENTO Nº 105

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, vem à ilustre presença de Vossa Excelência e aos demais Pares desta Egrégia Casa para REQUERER, após ouvido o Plenário, que seja enviada correspondência ao Excelentíssimo senhor Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus, Digníssimo secretário de Estado dos Transportes, solicitando que sejam tomadas medidas urgentes no sentido de recuperar a malha asfáltica da Estrada PR 549 (Trecho da BR 487 a Luziana), numa distância de 05 (cinco) quilômetros.

Sala das Sessões, em 21.02.2001.

(a) NELSON TURECK

REQUERIMENTO Nº 106

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, vem à ilustre presença de Vossa Excelência e aos demais Pares desta Egrégia Casa para REQUERER, após ouvido o Plenário, que seja enviada correspondência ao Excelentíssimo senhor Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus, Digníssimo secretário de Estado dos Transportes, solicitando que sejam tomadas medidas urgentes no sentido de duplicar a PR 558 (Trecho Campo Mourão - Santa Casa de Misericórdia - Vila Rural) num trecho de aproximadamente 2.000 metros.

Sala das Sessões, em 21.02.2001.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento objetiva antever sérios riscos que podem ocorrer à vida humana neste trecho da PR 558 que liga os municípios de Campo Mourão e Araruna. Durante este governo, foi edificada e funciona com grande sucesso uma Vila Rural às margens da referida Rodovia e, para sobrecarregar ainda mais o fluxo, espera-se para os próximos dias a inauguração das novas instalações da Santa Casa de Misericórdia Regional, moderno Hospital de grande porte para atender a toda região de Campo Mourão. Firma-se ainda nossa solicitação em virtude da PR-558 ter sido construída em “caixa” estreita, já sendo insuficiente para suportar o grande fluxo de veículos que por ali transitam diuturnamente.

É portanto de mistér importância a construção daquela duplicação como medida de segurança e principalmente preservação da vida humana.

REQUERIMENTO Nº 107

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, vem à ilustre presença de Vossa Excelência e aos demais Pares desta Egrégia Casa para REQUERER, após ouvido o Plenário, que seja enviada correspondência ao Excelentíssimo senhor Armando Martinho Bardou Raggio, Digníssimo secretário de Estado da Saúde, solicitando a liberação de recursos financeiros no valor de R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), destinados à conclusão do Hospital Municipal de Luziana-PR.

Sala das Sessões, em 21.02.2001.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

O município de Luziana tem atualmente 7.900 habitantes e, em que pese o grande esforço daquela Prefeitura, esta população ressenete-se enormemente da falta de Hospital adequado ao tratamento de saúde, tornando-se esta falta na principal reivindicação daquela comunidade, que nas horas de precisão só lhe resta dirigirem-se a Campo Mourão (30 Km), trajeto este que em inúmeras oportunidades acabou retardando atendimentos emergenciais, custando vidas que lamentavelmente se foram.

É portanto de importância vital que a Secretaria de Estado da Saúde não meça esforços no sentido de viabilizar estes recursos que por certo terão destinação para sal-

var vidas e trazer maior tranquilidade e segurança àquela população.

REQUERIMENTO Nº 145

Senhor Presidente.

Hermes Fonseca Filho, deputado estadual, abaixo-assinado, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER a Vossa Excelência que seja encaminhado ao Excelentíssimo senhor secretário de Estado dos Transportes, deputado Nelson Justus, expediente solicitando providências urgentes para roçada do capim (mato) ao longo das margens dos trechos das estradas estaduais abaixo especificadas:

- De Sertãoópolis a Bela Vista do Paraíso; desta a 1ª de Maio; e desta a Sertãoópolis.

Tratam-se de estradas pavimentadas estreitas onde o capim invade o pavimento, impede a visibilidade e faz as águas correrem sobre o mesmo, abrindo “crateras” e aumentando o risco de acidentes.

Sala das Sessões, em 21.02.2001.

(a) HERMES FONSECA FILHO

REQUERIMENTO Nº 146

Senhor Presidente.

Hermes Fonseca Filho, deputado estadual, abaixo-assinado, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER a Vossa Excelência que seja encaminhado ao Excelentíssimo senhor secretário de Estado dos Transportes, deputado Nelson Justus, expediente solicitando reparos urgentes no pavimento da estrada estadual, que liga Ventania a Piraí do Sul-PR.

Sala das Sessões, em 21.02.2001.

(a) HERMES FONSECA FILHO

JUSTIFICATIVA:

O pavimento da referida rodovia está muito prejudicado com buracos profundos e têm causado danos e avarias nos veículos que por ela trafegam, além de oferecer perigo eminente de acidentes, com risco de vida dos usuários.

No domingo p.p., à noite, quando me dirigia para Curitiba, através desta estrada, ao cruzar com outro veículo, passou por um dos buracos e, um pneu dianteiro, estourou e avariou a roda do veículo.

No trajeto outros três veículos também tiveram que substituir pneus, e, possivelmente, os danos podem ter sido semelhantes aos que sofri.

Veja Vossa Excelência, os prejuízos e perigos a que estão sujeitos aqueles que trafegam pelas estradas do Paraná, S.M.J, penso que a Concessionária do trecho do Anel de Integração, que dá acesso à referida estrada, poderia ter a sensibilidade e a obrigação de restaurá-la, já que há uma arrecadação financeira vultosa com a cobrança do pedágio e não se tem devolvido como se deveria, à sociedade, a parcela correspondente aos investimentos nas estradas do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 109

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de Pedido de Informações à Serlopar referente matéria que especifica (em anexo).

Sala das Sessões, em 21.02.2001.

(aa) LUIZ CARLOS MARTINS

ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Diante de uma série de fatos notificados na imprensa paranaense, envolvendo casas de jogos, caça-níqueis, etc., solicitamos o envio de expediente à Serlopar, pedindo as seguintes informações:

01 - Existe convênio firmado entre a Caixa Econômica Federal e a Serlopar para liberação e funcionamento de casas lotéricas?

02 - Se a resposta acima for positiva, quantas casas lotéricas possui o Paraná?

03 - Quantos pontos existem no Paraná para venda de produtos da Serlopar (como “Pimba” por exemplo?)

04 - Quanto estes produtos geram em arrecadação mensal?

05 - Relação dos últimos cinco anos dos ganhadores dos produtos da Serlopar.

06 - Há máquinas caça-níqueis instalados fora de casa de jogos denominadas “Bingos”? Quantas são e se estão cadastradas.

07 - As máquinas caça-níqueis instaladas nas casas de bingos estão sob a responsabilidade da Serlopar ou da Caixa Econômica Federal?

08 - Em caso de ser a responsabilidade da Serlopar, quem são os proprietários das mesmas?

09 - Qual o recurso auferido mensalmente por estas máquinas?

10 - Qual a forma de controle e fiscalização destas máquinas?

REQUERIMENTO Nº 119

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o registro nos Anais desta Assembléia Legislativa do Estado do artigo Coisa de Pobre de Luiz Augusto Xavier, publicado no Jornal O Estado do Paraná e Tribuna do Paraná de hoje.

Sala das Sessões, em 21.02.2001.

(a) ALGACI TULIO

REQUERIMENTO Nº 157

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais após ouvido o Plenário respeitosamente, REQUER, a transcrição nos anais desta Casa de Leis, do ato da constituição do Fórum de Entidades da Sociedade Contra a Privatização da Copel, anexo ao presente.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 21.02.2001

(a) ORLANDO PESSUTI

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 02/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. Único - Fica prorrogado por 30 dias, a contar do dia 01 de março de 2001, o prazo contido no artigo 4º da Resolução nº 10/2000, para apresentação de Emendas de Revisão Constitucional.

Sala das Sessões, em 21.02.2001.

(aa) CAÍTO QUINTANA
LUIZ CARLOS ZUK

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 017/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica vedada a cobrança de tarifa mínimas pelas concessionárias de serviços públicos (água, luz e telefone) sem a correspondente prestação de serviços, objetivamente medidos.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.02.2001.

(a) FERNANDO RIBAS CARLI

Apoioamento:

Tony Garcia, Duílio Genari e Cesar Seleme.

JUSTIFICATIVA:

A taxa mínima - paga pelos consumidores de água, luz e telefone - foi concebida há cerca de 20 anos para custear as obras de infra-estrutura desses serviços públicos. Sendo assim, a cobrança de tarifa mínima perde sua justificativa na atualidade, pois a infra-estrutura outrora financiada pela população encontra-se disseminada e consolidada.

A cobrança de tarifas com base num hipotético consumo mínimo é prática comum utilizada pelas concessionárias de serviços à disposição dos usuários, ainda que não efetivamente utilizados. Estas empresas encontram-se, em muitos casos, na condição de monopolistas na prestação de determinados serviços regionais.

Mas esta cobrança invoca, de forma equivocada, o artigo 145 da Constituição, cujo inciso II prevê a instituição de "taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou

postos a sua disposição." Ao contrário dos serviços públicos que justificam a cobrança de taxa, sujeita aos princípios do regime tributário, dentre os quais o da legalidade e da anterioridade, a remuneração de serviço público objeto da concessão dá-se, conforme estabelece o artigo 175 do texto constitucional, pelo pagamento de tarifa, sob o regime jurídico absolutamente distinto, em que a tarifa a ser cobrada deve necessariamente ser definida pela intensidade do consumo do serviço público.

Não caberia, então, cobrar coisa alguma de quem nada tenha consumido em determinado período. Este pagamento arbitrário permite o enriquecimento das empresas concessionárias às custas dos usuários.

Daí por que conto com a sensibilidade e apoio dos nobres colegas Parlamentares, para aprovação imediata desta lei, por ser uma questão de ordem social.

PROJETO DE LEI Nº 018/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica proibida a venda de bebidas alcoólicas, em todos os estabelecimentos comerciais do Estado do Paraná, no horário das 00:30 às 09:00.

Art. 2º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei, no prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.02.2001.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

JUSTIFICATIVA:

Objetiva tal propositura, resolver um problema que se observa em todas as cidades de nosso Estado, que é o uso excessivo de bebidas alcoólicas. Esta hábito é causador de inúmeros danos para nossa sociedade, pois os efeitos do álcool é a perda dos freios morais facilitando arruaças, acidentes automobilísticos, e por fim, causando a destruição moral das famílias.

Não obstante parece que tal propositura tem uma carga retrógrada, lembramos que tal norma se observa no Reino Unido nos dias atuais, com enorme sucesso e com horário de proibição das 23:00 à 11:00 horas.

Observamos desta forma que tal medida tem amplo aspecto social, portanto, contamos com o apoio dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 19/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica determinado que as instituições bancárias, financeiras e de crédito, bem como os supermercados, deverão colocar à disposição dos seus usuários,

peçoal suficiente e necessário, no setor de caixas, para que o atendimento seja efetivado em tempo razoável.

§ 1º - Entende-se atendimento em tempo razoável, como mencionado no *caput*, o prazo máximo de 20 (vinte) minutos em dias normais e de 30 (trinta) minutos em véspera ou após feriados prolongados.

§ 2º - Os prestadores de serviços indicados no *caput* deste artigo deverão informar aos consumidores, em cartaz fixado na entrada, a escala de trabalho no setor de caixas colocados à disposição.

Art. 2º - O atendimento preferencial e exclusivo dos caixas destinados aos maiores de 65 (sessenta e cinco) anos, gestantes, pessoas portadoras de deficiência física e pessoas com crianças no colo, será realizado através de senha numérica e oferta de, no mínimo, 15 (quinze) assentos com encosto.

Art. 3º - Na prestação de serviços oriundos da celebração de convênios, não poderá haver discriminação entre clientes e não clientes, nem serem estabelecidos, nas dependências, local e horário de atendimento diversos daqueles previstos para as demais atividades.

Art. 4º - O não cumprimento desta lei sujeitará o infrator as seguintes penalidades:

I - advertência por escrito;

II - multa de 1.000 (mil) unidades fiscais de referência;

III - multa de 5.000 (cinco mil) unidades fiscais de referência;

IV - a partir da sexta reincidência, multa de 10.000 (dez mil) unidades fiscais de referência e inclusão do infrator em cadastro público do Procon-PR, a ser elaborado especificamente para punir a infração da presente lei e divulgar, por todos os meios disponíveis, o descumprimento repetido da legislação.

§ 1º - Os estabelecimentos compreendidos nesta lei só sairão do "cadastro negro" mencionado no item IV após o cumprimento de todas as obrigações estabelecidas nos artigos antecedentes.

§ 2º - O Poder Executivo publicará o auto da infração, previsto no artigo anterior, no Diário Oficial do Estado, até o décimo dia do mês subsequente.

Art. 5º - As denúncias dos usuários dos serviços abrangidos por esta lei deverão ser encaminhadas ao Procon-PR, que é o órgão encarregado da fiscalização e da punição dos infratores.

Parágrafo Único - O Poder Executivo disponibilizará meios eficazes para o recebimento das denúncias e sua averiguação e controle.

Art. 6º - As instituições bancárias, de financiamento e de crédito, bem como os supermercados, terão o prazo máximo de 90 (noventa) dias, a contar da data da

publicação dessa lei, para adaptarem-se as suas disposições.

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições com contrário.

Sala das Sessões, em 21.02.2001.

(a) ADEMAR TRAIANO

Apoioamento:

Algaci Tulio, Divanir Braz Palma, Plauto Miró Guimarães, Marcos Isfer, Hidekazu Takayama, Moysés Leônidas, Waldyr Pugliesi.

JUSTIFICATIVA:

A grande quantidade de queixas que tem sido encaminhadas ao Procon/PR (Coordenadoria de Proteção e Defesa do Consumidor), tendo em vista a longa espera dos consumidores em filas de supermercados e bancos, é a justificativa de maior relevância para o encaminhamento e aprovação do presente projeto e lei pela Assembléia Legislativa.

As pessoas se queixam que o tempo de espera chega a ultrapassar 40 (quarenta) minutos, o que, além de provocar irritação, prejudica a qualidade de produtos resfriados e congelados que estão sendo adquiridos, no caso dos supermercados, que acabam por perder a consistência.

A segunda justificativa, diferente relacionada com a acima exposta, é a necessidade de fornecer às diversas Coordenadorias de Proteção e Defesa do Consumidor, de todo o Estado, instrumento eficaz de controle dos estabelecimentos alcançados pelo presente projeto, possibilitando-lhes, inclusive, a aplicação efetiva de sanções pecuniárias.

Atualmente, os instrumentos disponíveis para intimidar e punir os estabelecimentos alcançados por este projeto não estão sendo eficazes e efetivos.

Muito embora o Código de Defesa do Consumidor atribua ao Procon competência para fiscalizar e multar os bancos e supermercados, entre outros prestadores de serviço, o embasamento legal desta tarefa de defesa do consumidor está carecendo de maior precisão, o que se pretende fazer através do presente projeto. Não é por outro motivo (falta de precisão do CDC) que esta tarefa do Procon tem sido constantemente objeto de mandados de segurança, os quais, deferidos pelo Judiciário, impedem a cobrança de multas.

A ineficácia da sanção aplicada pelo Procon garante a impunidade dos infratores, que acabam por não esforçarem-se em mudar a situação.

Segundo disse o Coordenador do Procon/PR, o Código de Defesa do Consumidor estabelece que a espera excessiva é passível de multa, mas não há esclarecimento sobre o que é abusivo, ou seja, quanto tempo é considerado "abusivo" para se ficar numa fila.

A abstração do CDC está a exigir sua complementação, através de lei estadual, que não deixe dúvidas quanto ao tempo máximo a que podem sujeita-se os con-

sumidores em filas de instituições bancárias, financeiras e de crédito, bem como em filas de supermercados.

Com a aprovação deste projeto pela Assembléia do Paraná, confere-se maior precisão ao CDC, intimida-se os prestadores de serviço de forma mais eficaz, reduz-se sensivelmente a possibilidade do Judiciário suspender a cobrança das multas aplicadas pelo Procon/PR e, além do mais, o projeto se convertido em lei, possibilitará a redução dos índices de desemprego, com a abertura de novas vagas nos estabelecimentos por ela alcançados e propiciará uma melhora sensível dos serviços prestados aos consumidores.

PROJETO DE LEI Nº 20/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica acrescido o artigo, renumerando o art. 3º, da Lei nº 12.970, de 25 de outubro de 2.000, com a seguinte redação:

“Art. 3º - Fica a Secretaria de Estado da Saúde responsável pela confecção e fixação de cartazes em todos os hospitais da rede pública ou privada, com os seguintes dizeres:

Lei nº 12.970 - É proibida a exigência de depósito prévio para internação de emergência, de doentes em estado de risco de vida e/ou sofrimento intenso”.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.02.2001.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

JUSTIFICATIVA:

A fixação de cartazes em todos os hospitais da rede público ou privada, informando da vigência da Lei nº 12.970, sancionada em 25 de outubro de 2.000, virá sobremaneira esclarecer a toda a população de nosso estado da proibição do depósito prévio na internação de doentes em situação de emergência com risco de vida e/ou sofrimento intenso.

Diante do exposto, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares nesta augusta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 21/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar linha especial de financiamento para capital de giro destinada às pequenas empresas estabelecidas no Estado do Paraná.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta da dotação orçamentária pró-

pria, consignada no orçamento, suplementada se necessário.

Art. 3º - O Poder Executivo regulamentará a aplicação da presente lei.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 21.02.2001.

(a) ELI GHELLERE

JUSTIFICATIVA

Em todo o Estado do Paraná, é grande o número de pequenas empresas que passam por dificuldades financeiras, deixando de tornarem-se médias ou grandes, unicamente por falta de capital de giro.

Enquanto os governos do Estado e dos municípios esforçam-se para gerar novos empregos, através da atração de empresas de grande porte, vemos as pequenas empresas paranaenses fechando suas portas por falta de poucos recursos.

É necessário, portanto, um incentivo de capital de giro às empresas paranaenses. Este projeto tem o objetivo de sinalizar para a questão, oferecendo ao poder Executivo a via legal que poderá ensejar a viabilização de um programa consistente, que valorize as pequenas empresas estimulando-se a gerar novos empregos.

PROJETO DE LEI Nº 22/2001
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar no âmbito da malha rodoviária estadual a rodovia denominada “Caminho Ecológico do Iguaçu”.

Art. 2º - A referida rodovia terá seu início na BR- 277, na cidade de Céu Azul, margeando o Parque Nacional do Iguaçu até a cidade de Foz do Iguaçu.

Art. 3º - Em toda a extensão da rodovia serão criadas pelo governo formas de incentivo ao desenvolvimento do turismo rural, com estímulo a Hotéis Fazenda, chalés, Parques Temáticos e outros meios de atração turística.

Art. 4º - O Poder Executivo regulamentará a aplicação da presente lei, entrando em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 21.02.2001.

(a) ELI GHELLERE

JUSTIFICATIVA:

A região de Foz do Iguaçu tem grande potencial turístico, porém nota-se que a permanência média de turistas na área não ultrapassa a dois dias.

Através do presente, projeto de lei, criando a rodovia “Caminho Ecológico do Iguaçu”, objetivando ofere-

cer novas oportunidades de desenvolvimento do turismo, em toda a progressista região de Foz do Iguaçu.

A construção da referida estrada, além de restabelecer a questão histórica, trará nova oportunidade de investimento para a região, além de proporcionar aos viajantes uma via alternativa à BR-277, que se tornou perigosa pelo elevado índice de circulação de veículos.

PROJETO DE LEI Nº 023/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a conceder incentivo fiscal aos supermercados e empresas afins, que implantarem em seus estabelecimentos, gôndolas especialmente identificadas, com produtos orgânicos produzidos no Paraná.

Art. 2º - Os valores referentes ao incentivo fiscal deverão ser definidos por estudo técnico.

Art. 3º - O Poder Executivo regulamentará a aplicação da presente lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 21.02.2001.

(a) ELI GHELLERE

JUSTIFICATIVA:

Através do presente projeto de lei, pretendemos contemplar importantes progressos para a saúde da população paranaense, principalmente porque será estimulada a consumir produtos altamente saudáveis

Outro ponto, também de suma importância, é a geração de emprego e renda aos agricultores do Paraná, em especial os pequenos produtores que terão maior procura à sua produção.

Ao serem contemplados por incentivo fiscal, certamente os estabelecimentos comerciais darão um novo impulso à comercialização dos produtos orgânicos, lamentavelmente hoje consumidos em pequena escala.

Mas o grande efeito prático deste projeto, ficará por conta da agricultura familiar, pois com certeza receberá uma nova dinâmica na comercialização de seus produtos.

Assim sendo, visando gerar melhor qualidade de vida aos paranaenses e novas oportunidades de emprego e renda, solicitamos aos nobres pares a aprovação do presente projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Não havendo Expediente a ser lido, no Pequeno Expediente concedo a palavra ao deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Senhor presidente, senhores deputados:

Com vinte anos de vida pública, já no meu mandato de vereador, o meu sonho era criar o Hospital da Vida no Estado do Paraná, nos moldes dos hospitais que existem nos países de primeiro mundo, como existem as penitenciárias profissionalizantes.

E no meu primeiro mandato de deputado estadual, há longos anos atrás, eu criei um projeto nesta Parla-mento, criando o Hospital da Vida. Um projeto elaborado por um grande professor, Emerson, participei de vários e vários congressos de toxicologia em todo o Brasil, não por eu ter na época um filho viciado em drogas, que graças a Deus, graças a Cristo e a médicos, conseguimos recuperá-lo. Mas comecei a me aprofundar na toxicologia e também no meu programa de televisão sou considerado hoje o maior inimigo do crime organizado e do narcotráfico da história deste País. Tanto é que dia 05, agora, estarei em São Paulo gravando um programa para a rede Record, onde vou falar desse e de outros temas que interessam à família brasileira, e não deixarei, é claro, de elogiar este parlamento, que é o melhor Parlamento do Brasil no tocante à defesa da família e dos filhos do Estado do Paraná.

Mas, esse projeto foi então, elaborado pelo professor Emerson, por um advogado - doutor Mauro - jornalista que ganhou o prêmio Esso de comunicação, e esse projeto é uma dádiva de Deus para salvar a prostituta, salvar o dependente da cocaína, salvar o dependente de drogas, salvar o alcoólatra. E, lamentavelmente durante anos eu venho lutando, mas o concreto deste Parlamento faz com que não nos ouçam. Gasta-se milhões e milhões em outras coisas que se vê por aí e deixam de aplicar na área da justiça social, na área da ação social. E isso me magoa muito, porque você vem para cá com idéias de criar, de levar idéias ao governo. E interessante que eu criei neste Parlamento o cursinho gratuito aos estudantes carentes do Estado do Paraná. Foi até tema de programa de campanhas eleitorais. Então, não adianta vir para cá na última plataforma de governo, do governador Jaime Lerner, está lá a criação de um centro de recuperação ao alcoólatra, ao dependente de drogas, mas nada é colocado em prática. E isso me magoa e magoa também aos parlamentares que estão chegando agora a esta Casa. Esta selva de pedras não deixa sair daqui as nossas idéias, não deixa que as nossas idéias sejam colocadas em prática. E eu lamento profundamente.

Há um projeto aqui do deputado Nereu Moura, que eu respeito, adorei o projeto e ele foi vetado. Isso me magoa, porque o meu projeto, naquela época, também foi vetado, o Hospital da Vida. Eu criei um projeto junto com o deputado Algaci Tulio, para que todos os carros roubados que estão abandonados em delegacias de polícia do Estado do Paraná e o governo é obrigado a mostrar nas televisões, e nos jornais todos os carros roubados que são usados como "cabritas" em todas as cidades do Paraná, e às vezes um cidadão que mora lá no interior do Paraná, no interior de São Paulo, no interior de Minas, está com o

carro roubado aqui e lamentavelmente sempre dizem que não há dinheiro.

E o deputado Nereu Moura, com muita propriedade que lhe é peculiar, nós debatemos - não sei se ele está presente, porque com estes óculos eu não enxergo - mas, debati muito tempo, muitos anos, o deputado Nereu Moura sabe quem eu sou, sabe da minha vida, sabe dos problemas que tive com meus filhos, e eu votei este projeto junto com ele, que autorizava a planejar, a construir um centro de dependência química e alcoolismo no Norte do Paraná. Não precisava ser precisamente em Londrina. Não precisava! No meu primeiro mandato, quando criei o Hospital da Vida, com as mesmas performances do projeto do deputado Nereu Moura, disseram que não tinha dinheiro para fazer! Nunca se tem dinheiro para fazer aquilo que tem que se aplicar na área da justiça social! Nunca se tem dinheiro para fazer aquilo que é para aplicar para a família, para os filhos do meu Estado! Quantas mães estão chorando lágrimas de sangue, neste momento, porque sua filha é uma prostituta mercantilista das drogas! Quantos pais e quantas mães estão chorando lágrimas de sangue porque seus filhos estão neste asfalto negro de violência, de norte a sul e de leste a oeste, como verdadeiros cadáveres ambulantes, tomando "picada" na veia. Ontem mostrei uma matéria de um jovem que tomava "picada" na sola do pé. Na sola do pé, deputado Augustinho Zucchi! E, hoje, graças ao nosso trabalho, tenho uma psicóloga e uma assistente social no meu gabinete, graças ao trabalho do Hospital, da Clínica das Palmeiras, em Londrina, este rapaz está recuperado, trabalhando, e oxalá nós conseguíssemos fazer isso em todo o Estado do Paraná!

Gostaria de pedir àqueles que têm filhos, por favor! Muitos aqui não sabem que o seu filho pode estar agora andando com o inimigo. Às vezes os seus filhos levam para casa, deputado Takayama, um amigo para almoçar na sua mesa, mas não é amigo. Pode ser o inimigo. O inimigo da cocaína. O inimigo do alcoolismo. O inimigo do homossexualismo e de tantas outras desgraças que correm, rasgam a alma das mães e dos pais do meu Estado e do meu País.

Gostaria, sem autorização do deputado Nereu Moura, que deve estar aqui, está ali, por favor, não precisa ser em Londrina, vamos criar uma área e criar um Hospital da Vida, um centro de tratamento, não só para filho de pobre, porque filho de pobre não tem dinheiro para comprar cocaína. Filho de pobre não tem dinheiro para comprar "crak". Filho de pobre não tem dinheiro para comprar anfetaminas. Quem tem dinheiro para comprar, o traficante, este canalha da gravata, não estes traficantes "pés de chinelo". Tem sempre o traficante da gravata por trás desta desgraça. Tem que pegar estes canalhas e fuzilar em praça pública. Em defesa dos meus filhos, em defesa dos meus netos, em defesa dos filhos deste Parlamento, em defesa dos filhos do Estado do Paraná. Não precisa ser em Londrina, pode ser numa área rural, com ajuda de psicólogos, assistentes sociais, com

ajuda de pastores evangélicos, como prega o pastor Takayama, que é meu particular amigo, que também tem uma luta idêntica a minha, padres, freiras, evangélicos, assistentes sociais que estão saindo das universidades e estão desempregados, passando fome, psicólogas que saem das universidades estão passando fome, enfim, há muita coisa para se combater a violência das drogas. Esse projeto é importante para quem tem filhos, para quem tem netos. Os senhores não sabem o que eu passei na carne de acordar às 2:00 da manhã e o traficante me ameaçando dizendo: "hoje você vai morrer, amanhã vou sequestrar o seu neto, enquanto você não calar a boca na televisão". Não, chega, ninguém vai calar a minha boca! Por isso voto com o seu projeto.

Mas temos que ter mais um projeto, pena de morte aos canalhas da gravata que estão por trás do narcotráfico, que matam os meus filhos e destroem a mãe negra, a mãe branca, porque as duas são iguais perante Deus, o sangue é idêntico, o ventre é o mesmo, e eu não posso conceber, como não concebe o deputado Nereu Moura, como não concebe esse Parlamento como não concebe o deputado Anibelli, também Vossa Excelência sempre esteve nessa luta, nós não podemos permitir que um projeto desses seja vetado. Nós temos que lutar para salvar os nossos filhos que estão jogados na violência com uma pesquisa em mãos, o maior índice de assassinatos hoje no Brasil é provocado pela bebida alcoólica.

Por isso voto com Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Ainda no Pequeno Expediente, deputado Takayama.

O SR. HIDEKAZU TAKAYAMA

Senhor presidente, nobres companheiros, mais uma vez estou subindo aqui à tribuna para trazer à discussão, e pelo menos fazer com que cada deputado passe a pensar um pouco mais sobre essas questões que considero de maior importância. E o que me faz subir à tribuna é que ferve dentro de mim, não só como um parlamentar, mas acima de tudo como um pai de família, como uma pessoa preocupada com o amanhã, a herança para os nossos filhos, talvez não tenha a eloquência que um Carlos Alborghetti tem, a usar com tanta propriedade, com facilidade de expressar tudo aquilo que sente com relação ao crescimento das drogas e da violência, existem outros problemas que aparentemente são de menor valor, mas que devem fazer parte do nosso questionamento. Parecer haver um sentimento da letargia, uma certa indiferença quando nós usamos aqui a tribuna para tentar mexer com os parlamentares e os companheiros, senhor presidente, sobre questão que estão junto conosco, no nosso dia a dia.

Uma das questões que percebo hoje na imprensa é a lei que alguns municípios, principalmente as grandes cidades como Curitiba, Londrina são as leis municipais que estão tentando tirar a bebida alcoólica. E agora atra-

vés de estudos, através de pesquisa, e vendo o vulto que toma a violência gerada por álcool e drogas, principalmente nos dias de lazer, nos domingos, nos estádios de futebol e também os problemas que advêm da violência provocada pelo alcoolismo - hoje ou ontem, o senhor secretário de Segurança Pública está provocando ou tentando trazer uma lei junto aos municípios, que proíbe a venda de bebidas alcoólicas, a partir das 22:00 horas até às seis horas da manhã.

Descobriram eles agora que venda de bebida alcoólica depois desse horário só vão aos bares ou aos estabelecimentos pessoas que não têm o que fazer. E ao ir aos bares para beber, acabam exagerando na sua dosagem e trazendo grandes estragos aos estabelecimentos, ao patrimônio público, mas pior, destruindo o elo mais forte da nossa sociedade, que é família.

Ora, chego a rir, com certo ar de decepção, porque no ano de 96, o Projeto de Lei nº 536 - apresentei essa lei, está aqui: "Fica proibida a venda de bebidas alcoólicas em todos os estabelecimentos comerciais, no horário das 00:30 horas até às 09:00 horas da manhã", e o Poder Executivo regulamentaria a lei. Ficou arquivada. Fico perguntando se nós, talvez, tivéssemos colocado na ocasião, muitas mortes teriam sido evitadas, muitos lares não teriam sido destruídos, muitos chefes de família teriam sido preservados, principalmente, aqueles que não têm o domínio de saber a hora de parar, exagerando no consumo das bebidas.

Colocava na minha justificativa, senhor presidente, dizendo que a propositura resolveria um problema, que se observa em todas as cidades do nosso Estado: este hábito sendo causador de inúmeros danos à sociedade, pelo efeito do álcool, a perda dos freios morais, que facilitam as arruaças, os acidentes automobilísticos, enfim, causando a destruição moral de famílias, percebemos que o projeto ficou arquivado.

Estou desarquivando esse projeto, porque essa lei ajudaria os proprietários de estabelecimentos, a não ter o seu patrimônio depredado, por pessoas que, exagerando no seu uso de dosagem alcoólica, não tenham domínio sobre si e acabem trazendo prejuízos aos estabelecimentos. Seria uma forma de proteger aqueles que têm os seus estabelecimentos. Gostaria de pedir, quando a lei viesse aqui aos membros da CCJ e a essa Casa, que pudessem olhar com mais propriedade e mais carinho, porque estamos tentando trazer leis para proteger as nossas gerações e o nosso patrimônio.

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Não havendo mais oradores inscritos, no Pequeno Expediente, deputado Algaci Tulio.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, senhora e senhores deputados. O que me traz à tribuna hoje é uma preocupação que não

deve ser apenas desse parlamentar, mas de todos que aqui estão e representam segmentos da sua base eleitoral, que é a área da segurança pública.

Desde as vésperas da eleição para a prefeitura de Curitiba, temos trabalhado em cima desta questão e até conseguimos intermediar uma paralisação da greve, por um período, até que nós começássemos a abrir uma negociação com o governador do Estado. E lamentavelmente as coisas não aconteceram como a gente esperava. E certo que às vezes é bom se dar uma parada no caminho para vermos como e para onde estamos caminhando, porque senão periga perder-se o rumo.

(Lê):

"A minha vida, parlamentar, pessoal ou profissional não difere muito da de grande parte dos colegas deputados que aqui estão: uma correria infernal, dia e noite. Mas, bem por isso é que me obrigo a parar de vez em quando para analisar e repensar certas situações.

Ontem fiz isso, depois que o Carvalho, nosso amigo presidente da Associação dos Escrivães da Polícia Civil do Paraná, me colocou ao par do ocorrido na reunião da última segunda-feira, da Comissão de Negociação da Polícia Civil com o chefe da Casa Civil e secretário da Segurança.

Apenas para avivar a lembrança da Casa: o pessoal da Polícia Civil do Paraná, dos escalões inferiores, vem lutando desde muito para conseguir que o governo faça a reposição das perdas salariais da categoria, que é formada por investigadores, escrivães, datiloscopistas, auxiliar de necrópsia e outros. Pois bem, diante das reivindicações da categoria, em outubro - se não me falha a memória uns dias antes das eleições do 2º turno - para por fim a um movimento grevista, o governo assinou um documento comprometendo-se a atender a mesma no mês de novembro.

Esse documento foi assinado pelo chefe da Casa Civil, secretários de Segurança, da Administração, por este deputado e pelo deputado Ricardo Chab e mais a comissão da Polícia Civil. Inclusive foi pedido que a comissão apresentasse uma proposta de melhoria salarial para a classe.

Em novembro foi apresentada a proposta pedida. E veio a resposta do governo, através do secretário Alcení Guerra: a Lei de Responsabilidade Fiscal não permite - é ilegal qualquer aumento de despesa.

E nova audiência foi marcada com a promessa de que "ano 2001 vamos ver se é possível".

Na segunda-feira, 19, a Comissão se reuniu com os secretários Alcení Guerra e Tavares e a posição do governo foi a mesma:

"Não temos, no momento, margem legal para aumento. Não há possibilidade de aumento porque fere a LRF".

"Hoje não há possibilidade de negociar com vocês. A LRF impede de negociar com vocês. A LRF impede. É ilegal qualquer aumento.

A LRF não permite que o governo tenha sensibilidade. Ele quer prestigiar vocês mas não pode porque a lei impede.

“Senhores deputados - senhor presidente, o que é legal e o que é ilegal?”

Precisamos parar e pensar um pouco para poder responder. Os longos anos de experiência parlamentar me dizem que a lei é feita para todos. Que não pode ser casuística, ou só para um lado.

É ilegal o governo repor as perdas salariais dos policiais e recuperar seus salários. Mas é legal o policial exercer funções que não as suas?

Por exemplo: investigador ter função de carcereiro? Escrivã de delegado, assistente social e carcereiro? É legal transformar cadeias em presídios - como o 11º Distrito que tem lugar para 40 presos e está com mais de 150?

É legal o policial expor sua vida - equipes de dois ou três cuidando de 150 presos? É legal o policial trabalhar em missões, dia e noite, 15, 20 dias sem o pagamento extraordinário? É legal o policial enfrentar bandidos sem armamento adequado?

É legal um policial - com 5 ou mais anos de serviço - receber livre 530 reais por mês para sustentar a família? É o que ganha investigador e o escrivão. Só para se ter um parâmetro: o investigador da PC do Distrito Federal ganha salário inicial de R\$3.960,00. Lá se pode exigir, e aqui? Onde está a dignidade da pessoa humana - um dos fundamentos da República Federativa do Brasil, previsto já no artigo 1º da nossa Constituição?

É legal o famigerado FMI impor a aprovação de uma lei - que tem seu valor, não nego, que vem para tirar o pouco que os pequenos têm? Dizer que a LRF impede a reposição salarial, mas permite que se dê isenções, e outras coisas tais, é no mínimo desumano, injusto e cruel.

Não vamos esquecer que é dessa gente que recebe 500 reais por mês para tentar viver e manter a família viva, que depende nossa segurança. Dá vergonha pedir que nos protejam, que morram para garantir nossa segurança.

Tenho em mãos cópia do Decreto 3460, assinado pelo governador Jaime Lerner, que adota um turno de trabalho, das 12,30 às 19 horas para os funcionários públicos, com exceção - é evidente - para aqueles que exercem serviços de natureza especial e essencial, como a segurança.

Como entender que aqueles que exercem serviços de natureza especial e essencial, não sejam assim tratados? São seis anos do atual governo. Seis anos nos quais os policiais civis não receberam sequer uma reposição salarial. E, não dá para esconder a cabeça na areia: seis anos em que não havia a LRF para impedir que fizesse justiça para os policiais. O dinheiro foi gasto em Jogos da Natureza e outros e os policiais civis e militares ficaram a ver navios.

Outras classes estão também sendo injustiçadas, mas é o policial civil que neste momento merece nossa atenção.

Senhores deputados, senhor presidente.

Não estou vaticinando, nem profetizando, mas é bom que o senhor governador e sua equipe dêem um pouco mais de atenção para os policiais civis. Que atencem para situação de miserabilidade em que estão hoje vivendo. Não se pode exigir o que não se dá. Se o policial não tem segurança para sobreviver, para manter mulher e filhos, como queremos exigir que dê segurança à sociedade?

Até quando vão aguentar? Até quando vão conseguir manter represado esse rio de gente valorosa e tão necessária para a sociedade?

Chega a ser revoltante. Angustiante e lamentável. Ninguém está pedindo aumento. Os policiais estão pedindo condições para poderem viver e desempenharem suas funções com dignidade.

O chefe da Casa Civil, Alcení Guerra, forneceu à Comissão de Negociação um dado importante e que merece a atenção desta Casa: quando o governador Jaime Lerner assumiu o governo, há mais de 6 anos, a folha de pagamento do pessoal era de 50 milhões - hoje é de 200.

Quem teve salários aumentados? Em quanto aumentou o número de funcionários do Estado?

Sabemos que os policiais civis não tiveram nenhum aumento. Quem teve?

Isto será assunto para um pedido de informações que pretendemos encaminhar depois do carnaval.

Afinal, o carnaval é brasileiro e nós também somos. O povo quer brincar. Vamos parar para que o carnaval passe e depois voltamos a esse assunto, que de brincadeira não tem nada.”

Senhor presidente, é necessário que se faça alguns apelos ao governo do Estado, e não se trata aqui de fazer críticas por fazer, estou fazendo aqui um apelo em nome de uma classe, de uma categoria que precisa, sob pena de que a cada ano façamos aqui 2 ou 3 CPIs do Crime Organizado, da corrupção na polícia, porque o policial está ganhando uma miséria para sobreviver. Na verdade ele está pagando para morrer, porque um salário de 500 reais para o cidadão sair de casa enfrentar a bandidagem super armada, com sofisticação extraordinária, é na verdade ganhar para morrer. Então, é preciso que haja uma reflexão.

Vejam aí, ontem aconteceu uma Assembléia, mais de 400 policiais lá estiveram presentes, representantes dos inativos da polícia civil também estiveram presentes. Criou-se um estado de greve e após o carnaval, minha gente dá para se esperar o pior, lamentavelmente, vai ser difícil segurar o ímpeto, o desejo dos policiais em partir para uma greve.

Apelo ao deputado Durval Amaral, líder do Governo, para que também se envolva nesse processo porque estamos acompanhando desde o ano passado, com cansativas reuniões, que duraram até 3, 4 até horas

da Casa Civil, em busca de uma condição de atender os policiais civis e não encontramos isso. Não se pode mais aceitar esta situação. Sabemos que o governo tem as suas limitações tem a Lei da Responsabilidade Fiscal que até possa estar aí também atrapalhando nesse sentido.

Mas é desumano quando se vê o aumento da gasolina, da comida, da passagem de ônibus, o aumento do pedágio. Aumento de tudo, da água, da luz, do telefone, tudo aumenta, o servidor público, e não é só a polícia civil, são todas as categorias, professores, educação, saúde, segurança, todos estão neste bolo todo aí, ninguém pode receber aumento. Então, como é que vai se dar a solução, se o salário dele mingua, como ele vai poder sobreviver?

Então, é necessário encontrar um dispositivo, se não se pode dar um aumento salarial, se não se pode se fazer uma reposição salarial, que se ajuste algum tipo de gratificação por atividade, alguma coisa, porque o pessoal da saúde, da segurança e da educação não tem meio expediente, como tem os demais funcionários de outros quadros do Estado.

Então, é uma situação difícil, faço um apelo aqui aos senhores Parlamentares que também se manifestem porque nos seus municípios, lá está a delegacia, lá tem dois ou três policiais vivendo miseravelmente, e de repente até tendo que se sujeitar - lamentavelmente não é este o caminho, mas devem ser feitos alguns acertos para poder sobreviver.

Peço aos senhores também que se sensibilizem em relação à Polícia Civil, Polícia Militar, a questão da educação também, porque precisamos encontrar um caminho, e o governo precisa encontrar mecanismos legais que possa até driblar a Lei de Responsabilidade Fiscal, porque os servidores federais estão há sete anos sem reajuste salarial, os estaduais estão há seis anos, e se fizermos aqui um levantamento de percentual de aumento de gasolina, de luz, de água, de telefone, de pedágio, de passagem de transporte coletivo, a coisa realmente vai desabar.

É preciso realmente que tomemos cuidado, me preocupa esta situação da Polícia, deputado Anibelli.

Podemos ter, a partir do Carnaval, uma deflagração de greve, com polícia.

O deputado Takayama falou agora há pouco aqui, da proibição de venda de bebidas alcoólicas. Já está difícil manter, pelo menos tentar combater esse índice violento de criminalidade, imaginem sem a polícia.

Daí que é necessário tomar alguma providência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Não havendo mais oradores inscritos no Pequeno nem no Grande Expedientes, passamos ao Horário das Lideranças.

Liderança da Oposição.

Com a palavra, o deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor presidente e senhores deputados.

Quero, em nome de todos os parlamentares que compareceram à reunião de hoje, no plenarinho desta Casa, inicialmente agradecer a Vossa Excelência e aos demais integrantes da Mesa Executiva, por terem acompanhado no final daquela reunião que se discutia a privatização da Copel.

Agradecer a Vossa Excelência, ao 1º Secretário Rossoni, e ao 2º secretário Anibelli, pela estrutura oferecida a nós, deputados desta Casa, para que pudéssemos realizar a contento a reunião para qual nos havíamos organizado.

Dizer a todos os senhores deputados que lá estiveram, mais especialmente àqueles que não puderam comparecer que nós, de forma alguma, poderemos deixar de prestar atenção neste momento importante do Parlamento Estadual e do momento importante da discussão dos rumos do Paraná, porque afinal a discussão sobre a privatização da Copel está nas ruas, está presente nas entidades.

Nós deputados estaduais, que por obrigação e por delegação do voto temos que ser a caixa de ressonância da população, mesmo que sejamos favorável à privatização, como somos contrários à privatização, temos que debater, temos que discutir esse assunto, porque é impossível acreditarmos que um assunto de tamanha envergadura não mereça, seja daquele que defende ou daquele que é contra, a atenção e a participação.

Devo dizer que foi uma reunião das mais concorridas e mais de 40 entidades se fizeram representar nesta reunião.

Como resultado desses debates que constou da presença do ex-deputado estadual, federal e ex-secretário de Estado, Nelton Friedrich, que foi presidente do Conselho de Administração da Copel. Contou com a palestra de João Carlos Cascaes, ex-presidente da Copel, Nelson Gomes, representando o presidente Luiz Antonio Rasafa do Crea, e a participação dos deputados das entidades lá representadas, fez com todos nós que lá estávamos, pelo menos na sua grande maioria, tenho certeza, saíssemos de lá ainda mais convencidos da necessidade de mantermos a Copel, com uma empresa pública, mantermos a maioria do capital votante nas mãos do governo, para que a Copel continue sendo como foi, ao longo desses 46 anos, uma alavanca, um agente propulsor do desenvolvimento econômico, social e tecnológico do Estado do Paraná.

Todos nós conhecemos o que a Copel representa hoje na vida do produtor rural em cima desse programa de eletrificação rural que começou já na década de 70 a ser levado mais vigorosamente ao campo, e que nas pessoas do governador José Richa, Álvaro Dias e Roberto Requião e mesmo agora, ainda, com o governo de Jaime Lerner, fez com que milhares de propriedades rurais fossem eletrificadas.

Todos sabemos e os deputados da base governista até com mais profundidade de conhecimento, sabem do que fez o governo do Estado, dos investimentos que fez a Copel para levar energia a preço competitivo, a preço diferenciado para que as indústrias cantadas em verso e prosa pelo senhor governador, fossem aqui no Paraná instaladas, como dizem que foram aos milhares, às centenas, sabemos lá quanto. Mas a Copel esteve presente e não fosse a certeza da energia a preço diferenciado, certamente essas indústrias não teriam vindo para o Paraná.

As pequenas empresas, as residências, todas elas com a presença da Copel. As vias públicas, todas elas com a presença da Copel no nosso dia a dia, fazendo com que tenhamos um bem-estar um pouco melhor, já que a energia é fundamental para a qualidade de vida de todos nós. A exemplo da água que é fundamental para nossa vida.

Portanto, senhor presidente, senhores deputados, venho à tribuna para dizer que na manhã de hoje, já, início da tarde, constituiu-se através das entidades que lá compareceram, o fórum de entidades da sociedade contra a privatização da Copel. E esse fórum de entidades contra a privatização da Copel começa a trabalhar a partir de agora.

Sexta-feira às 9 horas no plenarinho, dia 23, sob a coordenação do deputado José Maria Ferreira, haverá uma reunião também com a participação do Sindicato dos Engenheiros e do Sindicato dos Advogados do Paraná, para junto com advogados desta Assembleia Legislativa e de outras entidades, montarem uma estratégia, levarem adiante as estratégias já em andamento.

Estratégias jurídicas, para tentarmos impedir o prosseguimento do processo de privatização, para que ações sejam apresentadas perante a justiça - para retardar ou até mesmo paralisar, cancelar esse processo em andamento da privatização da Copel.

No próximo dia 6 de março, também às 9 horas no plenarinho, uma nova reunião com todas as entidades irá acontecer, ocasião em que todas as iniciativas, todas as estratégias vão ser definidas no sentido de que o Paraná inteiro - através dos partidos políticos, através dos sindicatos, das federações, das instituições todas posam fazer chegar a cada um dos consumidores, a cada um dos cidadãos paranaenses a notícia de que na Assembleia Legislativa se discute a privatização da Copel um grupo já significativo de parlamentares organizados de forma suprapartidária, luta para impedir a venda da Copel, luta para que a Copel continue sendo nossa, luta para que esta luz que é a Copel, não se apague no meio e no seio da sociedade para-naense.

Posteriormente vamos fazer um requerimento pedindo que se registre nos anais da Casa, a decisão de criação desse fórum de entidades da sociedade contra a privatização da Copel.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Horário da Liderança do Governo concedo a palavra ao deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL

Senhor presidente, senhores deputados.

É com grande satisfação que venho à tribuna, nesta tarde, para anunciar um programa que nasceu, com certeza, aqui na Assembleia Legislativa.

Um programa que teve origem em um projeto de lei do deputado Geraldo Cartário e uma grande participação de todos os deputados, da Situação, da Oposição, e o verdadeiro sentimento de convergência dos interesses do Estado do Paraná. Estou falando do programa de recapeamento asfáltico de estradas não pedagiadas lançado hoje na cidade de Loanda pelo secretário dos Transportes deputado Nelson Justus, e que contou, inclusive, com a presença de vários dos deputados nesse lançamento, nesse programa emergencial, haja vista, que o governador Jaime Lerner aportou recentemente recursos do Tesouro do Estado na ordem de 3 milhões de reais para iniciar o processo de recape, de restauração asfáltica, na malha viária do Estado do Paraná. Isso porque o projeto do deputado Geraldo Cartário, o Funcor, está em via de ser implementado e vai proporcionar uma verdadeira revolução de recape, de restauração, de colocar as rodovias do Estado do Paraná, principalmente, as não-pedagiadas nas condições que todos nós, cidadãos paranaenses, desejamos e queremos.

Claro, temo uma triste realidade, a responsabilidade de que hoje, pelas limitações impostas até pela Lei de Responsabilidade Fiscal, pelas limitações impostas pelo mercado financeiro nacional e internacional, não é mais possível revivermos aquela época do milagre onde conseguia o Estado buscar recursos e empréstimos internacionais, e realizar uma quantidade sem fim de pavimentação asfáltica, onde até se tinha a máxima de que governar era asfaltar, era construir estradas, era abrir novos caminhos.

Hoje em dia o Estado tem também a obrigação de restaurar e conservar a sua malha viária, apesar de todas as dificuldades financeiras impostas, porque como já disse aqui, não existe possibilidade de se alavancar recursos internacionais para a pavimentação asfáltica, para a construção de novas estradas, nem tampouco para restaurar as que já existem.

E a idéia do Funcor, a idéia do deputado Geraldo Cartário, apoiada por todos nós parlamentares, nos deu e nos dá a possibilidade, muito especialmente ao governador Jaime Lerner, de poder lançar esse programa. Que, aliás, diga-se de passagem, ele estaria hoje em Loanda lançando esse programa se não tivesse uma audiência com o presidente da República, onde foi tratar de mais um projeto do interesse do Estado do Paraná, que é a entrada de mais um gasoduto vindo da Argentina, desta vez entrando pela cidade de Foz do Iguaçu, para alavancar ainda mais, muito mais, queremos, a indústria paranaense. O Paraná, que deixou a característica predominantemente agrícola para se tornar também um Estado

industrial, precisa do gás natural para poder cada vez mais se tornar competitivo na disputa de novas empresas e novas indústrias para o Estado do Paraná.

Por isso, quero cumprimentar o secretário dos Transportes, deputado Nelson Justus, agradecer a todos os deputados pelo apoio que deram à criação desse fundo rodoviário no Estado do Paraná. E parabenizar o governador Jaime Lerner pela iniciativa corajosa de, mesmo antes de o fundo estar operando, já disponibilizar, para recuperar as estradas do Estado do Paraná, 03 milhões de reais.

Muito obrigado, senhor presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, Ofício nº 047/2001 - GACB, subscrito pelo senhor deputado Antonio Carlos Belinati, constante, comunicando seu ingresso no Partido Social Liberal, a partir desta data, nesta Casa de Leis. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelo senhor deputado Plauto Miró Guimarães, na qualidade de Líder do PFL, constante do expediente, indicando os Membros das Comissões Permanentes desta Casa, do Partido da Frente Liberal para o próximo biênio. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelo senhor deputado Ademar Traiano na qualidade de Líder do PTB, constante do expediente, indicando os nomes dos senhores deputados, Titulares e Suplentes, que irão compor as Comissões desta Casa de Leis. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelo senhor deputado Hermes Fonseca, na qualidade de Líder do PT, constante do expediente, indicando os nomes dos senhores deputados do Partido dos Trabalhadores, para compor as Comissões Permanentes dessa Casa. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelo senhor deputado Tony Garcia na qualidade de Líder do PPB, constante do expediente, indicando os nomes dos senhores deputados do Partido Progressista Brasileiro, que farão parte das Comissões Permanentes desta Casa, para o período Legislativo 2001/2002. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelos senhores deputados Luiz Carlos Martins, Geraldo Cartário, Antonio Carlos Belinati e Edno Guimarães, constante do expediente, comunicando mudança na Liderança do PFL e consequentemente indicando o nome do senhor deputado para assumir a Liderança do Partido Social Liberal. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelo senhor deputado Sérgio Spada, na qualidade de Líder do PSDB, constante do expediente, indicando os nomes dos senhores deputados para compor as Comissões desta Casa de Leis. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelo senhor deputado Nereu Moura, na qualidade de Líder do PMDB, constante do expediente, indicando os nome dos senhores deputados do partido para compor as Comissões Permanentes desta Casa de Leis. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Projeto de resolução, de autoria dos senhores deputados Caíto Quintana, e Luiz Carlos Zuk, constante do expediente, necessita de apoio. **Apoiado.** **À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei, de autoria do senhor deputado Hidekazu Takayama, constante do expediente, necessita de apoio. **Apoiado.** **À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei, de autoria do senhor deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente, necessita de apoio. **Apoiado.** **À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei, em nº de 03 (três) de autoria do senhor deputado Eli Ghellere, constante do expediente, necessita de apoio. **Apoiado.** **À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei, de autoria do senhor deputado Fernando Ribas Carli, com apoio dos senhores deputados Tony Garcia, Duílio Genari e César Seleme, constante do expediente, necessita de apoio. **Apoiado.** **À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei, de autoria do senhor deputado Ademar Traiano, constante do expediente, necessita de apoio. **À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 153, de autoria do senhor deputado Ademar Traiano, constante do expediente, solicitando Votação em Bloco das Proposições - Veto constante da ordem do Dia da presente Sessões Ordinária. **Aprovado.** **À Diretoria Legislativa.**

De conformidade com o requerimento acima aprovado:

Então, votaremos em bloco, Veto apostado ao Projeto de Lei nº 016/96, Veto apostado ao Projeto de Lei nº 359/95, Veto apostado ao Projeto de Lei Complementar nº 347/95, Veto apostado ao Projeto de Lei nº 536/95, Veto apostado ao Projeto de Lei nº 458/95.

ITEM 01

Discussão Única - da Proposição nº 51/96, Veto apostado ao Projeto de Lei nº 016/96, de autoria do deputado Geraldo Cartário, que institui incentivo às indústrias que vierem a se instalar em municípios de baixa renda. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLÊNÁRIO.

OF/CTL/SEEG Nº 167/96

Curitiba, 28.06.1996.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 103/96, dessa presidência e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 016/96, por julgá-lo inconstitucional em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo conceder, pelo prazo de 15 anos, redução de 30% (trinta por cento) nas alíquotas do ICMS às indústrias que vierem a instalar-se em municípios de baixa renda.

A negativa de sanção ao projeto de lei em exame decorre de sua inconstitucionalidade porque fere o art. 152, da Magna Carta da Nação, onde se contém vedação à concessão do preconizado o Parecer nº 145/96, da Secretaria de Estado da Fazenda, que, analisando a matéria, asseverou:

“Preliminarmente, cumpre observar o disposto no art. 152, da Constituição Federal:

“Art. 152 - É vedado aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, estabelecer diferenças tributárias entre bens e serviços de qualquer natureza em razão de sua procedência ou destino”.

Assim, pelo princípio da uniformidade tributária, é inconstitucional estabelecer-se diferença tributária entre bens e serviços em razão de sua procedência.

Ademais, a concessão de benefícios e incentivos fiscais relativamente ao ICMS só podem ser concedidos por deliberação do Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz, de acordo com o art. 155, § 2º, inciso XII, alínea “g”, da Constituição Federal vigente.

O art. 1º da lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975 a que se refere o citado disposto constitucional, recepcionado que foi pelo art. 34, § 8º, do ADCT da CF/88, dispõe expressamente sobre o assunto:

“Art. 1º - As isenções do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias serão concedidas ou revogadas nos termos de convênios celebrados e ratificados pelos Estados e pelo Distrito Federal, segundo esta lei.

Parágrafo Único - O disposto neste artigo também se aplica:

IV - a quaisquer outros incentivos ou favores fiscais ou financeiro-fiscais, concedidos com base no imposto de circulação de mercadorias, dos quais resulte redução ou eliminação, direta ou indireta do respectivo ônus”.

Outrossim, deve ser ressaltado que o legislador paranaense já implementou regras instituindo mecanismos de incentivo à produção, que contemplam a louvável preocupação do nobre deputado Geraldo Cartário de conceder benefícios às indústrias que se instalem em municípios de baixa renda, as quais encontram-se dispostas nos arts. 585 a 604, do Regulamento do ICMS aprovado pe-

lo Decreto nº 1.511/95, dentre os quais reproduzimos o art. 589.

“Art. 589. Os estabelecimentos enquadrados no programa poderão recolher parte do ICMS, em prazo diferenciado, conforme previsto no art. 591.

§ 1º - A parte do ICMS enquadrável no programa será equivalente a:

a) 50% do ICMS incremental para os estabelecimentos localizados nos Municípios de Curitiba e Araucária.

b) 70% do ICMS incremental para os estabelecimentos localizados nos municípios de Ponta Grossa, Maringá, Londrina e São José dos Pinhais;

c) 80% do ICMS incremental para os estabelecimentos localizados no “Cinturão de Empregos” (Municípios da Região Metropolitana de Curitiba, excetuados os de Araucária, Curitiba e São José dos Pinhais), nos “Pólos de Desenvolvimento” e demais municípios deste Estado.

d) 100% do ICMS incremental para os estabelecimentos fabricantes de produtos sem similar no Estado, independentemente de sua localização;

e) 100% dos gastos realizados, quando se referirem apenas a pesquisa ou desenvolvimento, apropriados à razão de um duodécimo ao mês.

§ 2º - O ICMS incremental enquadrável no programa poderá ser de até 100% independentemente da localização do estabelecimento, quando se tratar de projeto previsto no art. 588”.

Pelo exposto, concluiu-se que o projeto de lei em apreço, no que tange à instituição de incentivo fiscal relativo ao ICMS, está eivado de inconstitucionalidades, além de que a finalidade que visa está contemplada, por outros mecanismos, na legislação vigente”.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 16/96 encontra-se publicado no D.A. nº 04, de 27.02.96)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO-VETO Nº 051/96

P A R E C E R :

Relatório

O governador do Estado, usando da atribuição assegurada pelo art. 87, inciso VII, e de acordo com o disposto no § 1º do art. 71, ambos da Carta Magna Estadual, opôs Veto ao Projeto de Lei nº 016/96 que institui incentivo às indústrias que vierem a se instalar em municípios de baixa renda.

Fundamentação

A proposição em questão, analisados os aspectos legal, constitucional e regimental, da mesma, não apresentou nenhum óbice ao seu trâmite normal por esta Casa de Leis, sendo pois Favorável ao seu encaminhamento a Plenário.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 06.08.1996.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
WALMOR TRENTINI - Relator

ITEM 02

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 53/96, Veto aposto ao Projeto de Lei nº 359/95, de autoria do deputado Walmor Trentini, que autoriza a Secretaria de Estado da Segurança Pública a edificar, no município de Paranaíba, a primeira Delegacia da Mulher. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/SEEG nº 175/96

Curitiba, 12.07.96.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 126/96, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no § 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 359/95, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar a Secretaria de Estado da Segurança Pública a edificar, no município de Paranaíba, a primeira Delegacia da Mulher, dispondo que tal Delegacia “deverá ter, além da edificação, todos os equipamentos e contingente necessário a fim de possibilitar a atuação efetiva em defesa da segurança pública”.

A negativa de sanção ao projeto de lei em referência decorre de sua inconstitucionalidade, eis que trata de matéria cujo início do processo legislativo é de privativa competência do chefe do Poder Executivo, conforme preceitua o art. 66, inciso IV, da Carta Estadual.

Por outro lado, inobstantemente a apontada inconstitucionalidade, vale ressaltar o fato de a matéria ter sido examinada pela Secretaria de Estado da Segurança Pública que, em circunstaciado parecer, bem como em dados estatísticos, demonstrou, pelo rol de competência da Delegacia da Mulher, não serem alcançados todos os ilícitos penais em que a mulher figure como vítima, porque, muitos deles, têm competência investigatória, prevenção e repressão, atribuídas a Unidades Especializadas. A Secretaria de Estado de Obras Públicas que também examinou o assunto, fez estimativa de custos de tal edificação, lembrando que os recursos necessários às obras dependeriam de prévia inclusão no Orçamento da SESP.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 359/95 foi publicado no D.A. nº 113, de 12.09.95)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO-VETO Nº 053/96

P A R E C E R :

A presente proposição-veto, de autoria do deputado Walmor Trentini, que autoriza a Secretaria de Estado da Segurança Pública a edificar no município de Paranaíba, a primeira Delegacia da Mulher.

Da análise legal, regimental e constitucional a presente proposição encontra-se dentro do prazo estabelecido pela Constituição Estadual.

Assim sendo, somos de parecer favorável a encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.08.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
WALDYR PUGLIESI - Relator

ITEM 03

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 54/96, Veto aposto ao Projeto de Lei nº 347/95, de autoria do deputado Luiz Accorsi, que autoriza o Poder Executivo a conceder incentivos fiscais às empresas privadas que contratarem pessoas portadoras de deficiência física, conforme especifica. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/SEEG nº 176/96

Curitiba, 12.07.96.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 125/96, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no § 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei Complementar nº 347/95, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo conceder “incentivos fiscais às empresas privadas, com mais de 100 (cem) funcionários, que destinem 02% (dois por cento) de suas vagas aos deficientes físicos.”

A negativa de sanção ao projeto de lei em exame decorrer de sua inconstitucionalidade porque fere o artigo 150, da Magna Carta da Nação, onde se contém vedação a concessões de tais benefícios e, ainda tendo em vista o teor do adiante transcrito Parecer nº 474/96, da Secretaria

de Estado da Fazenda, que, analisando a matéria, asseverou:

“Trata-se de análise de projeto de lei complementar da Assembléia legislativa do Estado do Paraná que autoriza o Poder Executivo a conceder incentivos fiscais a empresas privadas, com mais de cem funcionários, que destinem 2% de suas vagas aos deficientes físicos.

Preliminarmente, registre-se que o projeto em análise viola dispositivos constitucional ao conceder, indevidamente, competência ao Poder Executivo para a concessão de benefícios fiscais. A lei maior veda expressamente tal atribuição, conforme aduz o artigo 150, § 6º, da Constituição Federal, a seguir transcrito:

“Art. 150 - Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos municípios:

...

§ 6º - Qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições, só poderá ser concedido mediante lei específica, federal, estadual ou municipal, que regule exclusivamente as matérias acima enumeradas ou o correspondente tributo ou contribuição, sem prejuízo do disposto no artigo 155, § 2º, XII, ‘g’.”

A concessão de benefícios e incentivos fiscais relativamente ao ICMS só podem ser concedidos por deliberação do Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz, de acordo com o artigo 155, § 2º, inciso XII, alínea “g”, da Constituição Federal vigente *in verbis*:

“Art. 155 - Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre:

...

II - operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior;

...

§ 2º - O imposto previsto no inciso II atenderá ao seguinte:

...

XII - cabe à lei complementar:

...

g) regular a forma como, mediante deliberação dos Estados e do Distrito Federal, isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados.”

O artigo 1º da Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, a que se refere o citado dispositivo constitucional, recepcionado que foi pelo artigo 34, § 8º, do ADCT da CF/88, dispõe expressamente sobre o assunto:

“Art. 1º - As isenções do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias serão concedidas ou revogadas nos termos de convênios celebrados e ratificados pelos Estados e pelo Distrito Federal segundo esta lei.

Parágrafo Único - O disposto neste artigo também se aplica:

...

IV - a quaisquer outros incentivos ou favores fiscais ou financeiro-fiscais, concedidos com base no imposto de circulação de mercadorias, dos quais resulte redução ou eliminação direta ou indireta, do respectivo ônus.

Ademais, cumpre também observar, no que tange ao ICMS, o disposto no artigo 167, inciso IV, da Constituição Federal:

“Art. 167 - São vedados:

...

IV - a vinculação de receita de impostos a órgãos, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição do produto da arrecadação dos impostos a que se refere os artigos 158 e 159, a destinação de recursos para a manutenção e desenvolvimento do ensino, como determinado pelo artigo 212, e a prestação de garantia às operações de crédito por antecipação de receita, previstas no artigo 165, § 8º;”

Assim, pelo princípio da não vinculação, é ilegal que parcela da arrecadação do ICMS seja previamente destinada a um fim específico.

Embora o projeto tenha forte conteúdo social e seja de iniciativa louvável, a sua sanção diminuiria a capacidade de investimento do Estado, em diversas outras áreas, educacionais, sociais e outras, igualmente relevantes.

Pelo exposto, conclui-se que o projeto de lei em apreço, no que se refere à instituição de incentivo fiscal relativo ao ICMS, está maculado de inconstitucionalidade, razão pela qual opinamos contrariamente à sua aprovação.”

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevou apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 347/95 foi publicado no D.A. nº 106, de 30.08.95)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO-VETO Nº 054/96

P A R E C E R :

A presente proposição-veto, de autoria do deputado Luiz Accorsi, que autoriza o Poder Executivo a conceder incentivos às empresas privadas que contratarem pessoas portadoras de deficiência física, conforme específica.

Da análise legal, regimental e constitucional a presente proposição encontra-se dentro do prazo estabelecido pela Constituição Estadual.

Assim sendo, somos de Parecer favorável a encaminhamento ao Plenário.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 13.08.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
WALDYR PUGLIESI - Relator

ITEM 04

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 58/96, Veto aposto ao Projeto de Lei nº 536/95, de autoria do deputado Luiz Accorsi, que autoriza o Poder Executivo estadual a estabelecer a obrigatoriedade do desenvolvimento de programas de controle de infecção. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/SEEG Nº 201/96

Curitiba, 19 de julho de 1996.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 136/96, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 536/95, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo que as instituições hospitalares do estado do Paraná ficam obrigadas a desenvolver programas de controle de infecção hospitalar.

O não acolhimento ao presente projeto de lei, decorre do fato de a medida, pela forma como está posta e redigida, ser conflitante com a legislação federal e normas determinadas pelo Ministério da Saúde, as quais, especificamente em relação à obrigatoriedade de que as instituições hospitalares sejam dotadas das denominadas "Comissões de Controle de Infecções Hospitalares", exigem que tais colegiados tenham composição mínima dos cinco membros que relaciona, todos de nível superior, cujos requisitos não figuram atendidos.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER
Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 536/95, foi publicado, no D.A. nº 177, de 06.12.95)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO - VETO Nº 058/96

P A R E C E R :

A presente proposição - Veto, de autoria do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 536/95, de autoria do deputado Luiz Accorsi, que autoriza o Poder Executivo Estadual a estabelecer a obrigatoriedade do desenvolvimento de programas de controle de infecção hospitalar.

Da análise legal, regimental e constitucional, a presente proposição encontra-se dentro do prazo estabelecido pela Constituição Estadual.

Assim sendo, somos de parecer Favorável a encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.08.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
EDUARDO TREVISAN - Relator

ITEM 05

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 63/96, Veto aposto ao Projeto de Lei nº 458/95, de autoria do deputado José Maria, que autoriza o Poder Executivo a planejar e construir o Centro de Tratamento de Dependência Química e Alcoolismo do Norte do Paraná, no município de Londrina. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/SEEG Nº 191/96

Curitiba, 16 de julho de 1996.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 133/96, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 458/95, por julgá-lo inconstitucional porque, não tendo sido de iniciativa do chefe do Poder Executivo, fere o mandamento contido no artigo 66, inciso IV, da referida Carta Estadual. Inobstantemente a inconstitucionalidade apontada, o veto teria que ser apostado porque os prazos estabelecidos para adoção de medidas orçamentárias seriam impossíveis de cumprimento no corrente exercício.

Essas as razões que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER
Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 458/95, foi publicado no D.A. nº 147, de 30.10.95)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO - VETO Nº 063/96

P A R E C E R :

A presente proposição - Veto, de autoria do deputado José Maria Ferreira, que autoriza o Poder Executivo a planejar e construir o Centro de Tratamento de Dependência Química e Alcoolismo do Norte do Paraná, no município de Londrina.

Da análise legal, regimental e constitucional, a presente proposição encontra-se dentro do prazo estabelecido pela Constituição Estadual.

Assim sendo, somos de parecer Favorável a encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.08.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

WALDYR PUGLIESI - Relator

Solicito ao senhor 1º secretário que proceda a chamada nominal dos senhores deputados para iniciarmos a votação.

Para Encaminhar, com a palavra o deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL (Para Encaminhar)

Senhor presidente, nobres colegas deputados, para encaminhar esta matéria poderia me valer do artigo 215 do Regimento Interno, que é muito claro ao estabelecer que todo o veto deve ser apreciado no prazo máximo de trinta dias, após sua chegada a esta Casa.

Não sendo apreciado, logo o veto estará mantido. E são todos Vetos de há anos: 95, 96, muito antigos. Quero apelar aos senhores deputados para que votem mantendo o Veto. Então, na votação, que é secreta, que os nobres colegas deputados votem com a cédula “sim”, mantendo o Veto, para que possamos, efetivamente, manter o próprio Regimento Interno desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Para encaminhar, com a palavra o deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor presidente, nós encaminhamos pela derrubada do Veto. Portanto, os deputados votando com a cédula “não”, porque o projeto do deputado Geraldo Cartário, que institui incentivos às indústrias que vierem a se instalar em municípios de baixa renda, o outro projeto do deputado Walmor Trentini, que autoriza a Secretaria de Segurança Pública a edificar no município de Paranavaí, uma Delegacia da Mulher; do deputado Luiz Accorsi, que dá incentivos fiscais às empresas privadas que contratarem pessoas portadoras de deficiência; também do deputado Accorsi, autoriza ao Executivo Estadual estabelecer a obrigatoriedade do desenvolvimento de programas de controle de infecção; e dos deputados Nereu Moura e Augustinho Zucchi, que autoriza o Poder Executivo a planejar e construir o Centro de Tratamento de Dependência Química e Alcoolismo no Norte do Paraná.

Quer dizer, todos os projetos são da mais alta importância e da mais alta relevância porque tratam de assuntos que são do interesse da população do Paraná.

Esses projetos foram exaustivamente discutidos pela Assembléia Legislativa quando aqui foram apresentados e votados, são projetos que vem de encontro às

aspirações de regiões do Estado do Paraná, de segmentos importantes do Estado do Paraná, como é o caso dos portadores de deficiência física, como é o caso dos municípios de menor poder aquisitivo que aguardam sempre que eles sejam destinados algum incentivo para que possam gerar empregos, a exemplo das grandes cidades onde normalmente o governo concentra os seus investimentos.

São projetos de envergadura, são projetos de importância para o Estado do Paraná, e para setores da sociedade paranaense.

Por esta razão o mais sensato seria nesse momento derrubar o veto de sua Excelência, o governador mantendo os projetos.

Por isso recomendo aos deputados que votem com a cédula não para derrubarmos os vetos.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Solicito ao 1º Secretário, deputado Valdir Rossoni, a chamada Nominal dos senhores deputados para votação.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Valdir Rossoni)

(Procede à chamada nominal dos senhores deputados)

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Votaram 47 senhores deputados.

Convido os deputados Toni Garcia, Marcos Isfer e Ângelo Vanhoni, para fazer o escrutínio da votação.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Votaram 47 senhores deputados.

Voto em branco: 1

Pela manutenção do veto: 24

Pela derrubada do veto: 22

Ficam mantidos os vetos.

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 104/99, de autoria do deputado Irineu Colombo, que autoriza o Poder Executivo a criar linha especial de financiamento e investimento para o setor pesqueiro, no Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F. **Aprovado.**

ITEM 07

DISCUSSÃO ÚNICA - do Projeto de Decreto Legislativo nº 001/2001, de autoria da Comissão Executiva (Mensagem nº 01/2001) que referenda o Decreto Legislativo nº 01/2001, de 01.02.2001, que autorizou o senhor governador do Estado do Paraná, ausentar-se do País, com destino aos Estados Unidos da América. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.E. **Aprovado.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do projeto de Lei nº 005/01, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 006/2001, que dispõe

sobre a redistribuição da quota estadual do salário educação entre o Estado e seus municípios de que trata o art. 15, § 1º, inciso II da Lei Federal nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996. COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE PLENÁRIO COM EMENDA.

Sobre o referido projeto, emendas de Plenário, em nº de 06 (seis), de autoria de diversos senhores deputados, devidamente apoiados, nos seguintes termos:

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 01, AO PROJETO DE LEI Nº 005/2001

Acrescente-se ao Artigo 9º, do Projeto de Lei nº 005/2001, de autoria do Poder Executivo Estadual, o Parágrafo Único com a seguinte redação:

“Parágrafo Único - O governo do Estado do Paraná, em cumprimento ao artigo 2º, da Lei Federal nº 9.766/98, promoverá os levantamentos dos valores da quota a que tem direito os municípios, desde a vigência da lei federal em tela, e providenciará o repasse dos respectivos valores aos municípios, num prazo máximo de um ano, a contar da vigência desta lei”.

Sala das Sessões, em 21.02.2001.

(a) EDSON STRAPASSON

Apoioamento:

Eli Ghellere, Nereu Moura, Valdir Pugliesi, Luciana Rafagnin e Moysés Leônidas.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 02

Acrescente-se ao Artigo 6º do Projeto de Lei nº 005/2001, de autoria do Poder Executivo Estadual, o Parágrafo Único com a seguinte redação:

“Parágrafo Único - O governo do Estado ressarcirá os municípios com recursos oriundos dos cinquenta por cento da quota estadual do Salário-Educação, que lhe é exclusivo, com o escopo de contribuir especificamente com as despesas provenientes da implantação e/ou manutenção do transporte escolar de alunos matriculados em estabelecimentos da Rede Estadual de Ensino”.

Sala das Sessões, em 21.02.2001.

(a) EDSON STRAPASSON

Apoioamento:

Luciana Rafagnin, Eli Ghellere, Nereu Moura, Valdir Pugliesi, Moysés Leônidas.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, Nº 03

Altera o Artigo 2º, do Projeto de Lei nº 05/01, acrescentando os parágrafos 4º e seus incisos, 5º e 6º, com as seguintes redações:

Art. 2º - ...

§ 4º - Do total da quota estadual do Salário-Educação, 5% (cinco por cento) deverá ser aplicado em cursos de capacitação e aperfeiçoamento dos profissionais de educação da rede estadual e municipal, 20% (vinte por

cento) será destinado ao pagamento das despesas de transportes aos municípios e os restantes 75% (setenta e cinco por cento) deverá ser distribuído entre o Estado e municípios, calculado pela seguinte fórmula:

I - O coeficiente obtido, através do número de alunos matriculados no ensino fundamental regular da rede estadual, dividido pelo total de alunos matriculados no ensino fundamental regular do Estado do Paraná, comporá a quota parte do Estado;

II - O coeficiente obtido, através do número de alunos matriculados no ensino fundamental regular em cada um dos municípios, dividido pelo total de alunos matriculados no ensino fundamental regular no Estado do Paraná, comporá a quota da parte de cada município.

§ 5º - O censo educacional do Instituto Nacional de Ensino e Pesquisa - INEP do ano anterior, será a base de dados para a comprovação de matrículas em cada ano.

§ 6º - A quota do Salário-Educação que couber ao Estado, resultado da distribuição dos 75% (setenta e cinco por cento), nos termos do artigo anterior, deve ser transferida, no prazo máximo de 10 (dez) dias de seu recebimento, na proporção de 20 (vinte por cento) à Secretaria de Estado da Educação e 80% (oitenta por cento) ao Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - Fundepar, em conta de instituição financeira oficial, em nome dos respectivos órgãos.

Altera o artigo 8º, do Projeto de Lei nº 05/2001, acrescentando Parágrafo Único, com a seguinte redação:

Art. 8º - ...

Parágrafo Único - os recursos não repassados aos municípios, por força do que dispõe o “caput” deste artigo, serão redistribuídos conforme o critério estabelecido nesta Lei.

Sala das Sessões, em 21.02.2001.

(a) ADEMIR BIER

Apoioamento:

Irineu Colombo, Luciana Rafagnin, Nereu Moura, Eli Ghellere, Moysés Leônidas e Waldyr Pugliesi.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, Nº 04

Altera o Projeto de Lei nº 05/2001, incluindo, onde couber, artigo com a seguinte redação.

Art.... - À Secretaria de estado da Educação compete:

I - divulgar, anualmente, estimativa dos valores a serem repassados aos municípios, como base para elaboração do orçamento municipal;

II - publicar, bimestralmente, os valores do repasse destinado aos municípios, usando por base a receita do bimestre anterior;

III - comunicar aos municípios que não atenderam ao disposto no artigo 3º, desta Lei, a cessação dos repasses dos recursos, quando for o caso, e enviar a relação dos mesmos à Assembléia Legislativa do Estado para conhecimento.

Sala das Sessões, em 21.02.2001.

(a) ADEMIR BIER

Apoiamento:

Luciana Rafagnin, Nereu Moura, Waldyr Pugliesi, Irineu Colombo, Eli Ghellere e Moysés Leônidas.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, Nº 05

Altera a redação do artigo 7º, do Projeto de Lei nº 05/2001, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 7º - O Tribunal de Contas do Estado fiscalizará a aplicação dos recursos repassados aos municípios, na forma da legislação em vigor, remetendo à Assembléia Legislativa relatórios trimestrais.

Sala das Sessões, em 21.02.2001.

(a) ADEMIR BIER

Apoiamento:

Luciana Rafagnin, Nereu Moura, Irineu Colombo, Waldyr Pugliesi e Moysés Leônidas

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, Nº 06

Emenda aditiva: Acrescenta-se novo artigo ao Projeto de Lei nº 005/2001, com a seguinte redação:

Artigo ... - Para que o Estado do Paraná possa utilizar a sua quota do Salário Educação, prevista na presente lei, deverá comprovar a existência e vigência do Plano de Cargos, Carreira e Salários do Magistério Estadual do Ensino Fundamental.

Parágrafo Único - O descumprimento do disposto no *caput* deste artigo implicará na redistribuição da quota de recursos do estado entre os municípios, conforme os critérios dispostos nesta lei.

Sala das Sessões, em 21.02.2001.

(a) IRINEU COLOMBO

Apoiamento:

Luciana Rafagnin, Nereu Moura, Eli Ghellere e Moysés Leônidas

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda visa estabelecer coerência ao projeto, uma vez que o artigo 3º, inciso I, condiciona o repasse dos recursos do Salário Educação aos municípios, à existência e vigência do Plano de Carreira e Remuneração do Magistério, sendo que até o presente momento o governo do Estado não possui o referido Plano e sequer enviou Mensagem a Casa para ser apreciada.

Desta forma, por uma razão de justiça, e também pela importância que possui o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério, para os professores da Rede Pública Estadual de Ensino, faz necessário tal adequação.

E ainda, sobre o referido projeto, Parecer do relator nos seguintes termos:

PROJETO DE LEI Nº 005/2001

P A R E C E R :

Analizadas as emendas apresentadas em 2ª discussão, pelos ilustres parlamentares Edson Strapasson, Ademir Bier e Irineu Colombo, conclui esta Comissão Geral de Plenário pela inadmissibilidade das mesmas por proporem repasse superior ao permitido pela legislação federal e também porque da forma como apresentado e emendado por esta Comissão Geral de Plenário já atende os anseios das lideranças municipalistas.

Sala das Sessões, em 21.02.2001.

(a) ADEMAR TRAIANO

Como este projeto foi votado para que se estabelecesse Comissão Geral de Plenário, nós passamos para o relator, ou designado Ademar Traiano para relatar.

O SR. ADEMAR TRAIANO

Senhor presidente, senhores deputados. Apesar de reconhecermos a boa vontade dos senhores parlamentares, Edson Strapasson, Ademir Bier, Irineu Colombo, no sentido de contribuir com este projeto oriundo do Poder executivo e que regulamenta definitivamente o Salário Educação, apesar de termos a sensibilidade como parlamentar de compreender o desejo de atender os interesses de suas bases, entendemos nesse momento de que em função do tempo exíguo que temos para a sua regulamentação. Até porque esse projeto passou por entendimento amplo, entre as diversas lideranças do Estado, a sua elaboração foi na verdade acompanhada pelos senhores prefeitos municipais, que representam as diversas associações de prefeitos do interior do Paraná, na presença de parlamentares. Entendemos neste momento, essa Comissão Geral em não acatar as emendas, por entender de que os pleitos dos senhores parlamentares já estão contemplados no presente projeto de lei.

Este é o nosso parecer, senhor presidente.

O SR. EDSON STRAPASSON (Para Encaminhar)

Senhor presidente, senhores deputados, gostaria de fazer uma referências as nossas emendas a este projeto, que apesar de ter sido um acordo entre prefeitos e governo, nós entendemos que seria uma boa oportunidade de fazer justiça aos prefeitos, aos municípios do Estado do Paraná. Já que em função da Lei Federal nº 9766/98 que previa a redistribuição de 50% da cota estadual do Salário Educação, entre o Estado do Paraná e os municípios do Estado.

Proporcionalmente a rede de alunos, Estado-Município. Evidentemente seria justo que nós tivéssemos a compensação financeira, ou seja, a distribuição dos anos 99/2000, que não houve, em função da falta de uma Lei Estadual.

Então, essa emenda contemplaria sem dúvida e faria justiça aos municípios do Estado do Paraná.

Outra emenda no sentido que nós tivéssemos já prescrito na lei, o ressarcimento aos municípios que fazem o transporte escolar da rede estadual e, até hoje,

uma grande parte deles ainda não foram ressarcidos pelos custos que têm.

Nossas emendas são nesse sentido, respeitando no entanto a posição do relator, nós entendemos que seria uma emenda que veria trazer sem dúvida à justiça do que prevê a Lei Federal.

Pedimos o voto favorável a emenda e contrário ao relatório.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Com a palavra do deputado Irineu Colombo, em discussão.

O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor presidente nós apresentamos uma emenda no sentido de tornar o projeto um pouco mais adequado as exigências que o próprio Estado faz aos municípios e, até o momento o próprio Estado não vem cumprindo estas exigências.

Este projeto é fruto de um amplo acordo e um intencionalismo dos senhores prefeitos, que deixaram de transportar os alunos de rede estadual, para abrir um canal de negociação com o governo. Isso é possível. Acho que já é um avanço significativo sem sombra de dúvida, com tudo o que me parece uma incongruência no projeto é que o governo na hora de elaborar a lei mandado para a Assembléia, exige para que os municípios recebam a repartição dos 50%, em que ele é cota parte, que o município tenha Plano de Cargo, Carreira e Salário, lá em cada município.

Ao passo que ele Estado não tem.

Então, a nossa emenda diz que: "O Estado para ficar com os 50%, tem que ter o plano, se não tiver repassa todo o 50%, para os municípios".

Os municípios gostariam de ver aprovado essa emenda, mas a emenda não sendo aceita e aprovada por esse plenário, nós conversaremos com o deputado Strapasson e o deputado Ademir Bier, que são profundo entendedores dessa matéria, para propor o projeto de lei em seqüência, para continuar o debate sobre a matéria nesta Assembléia.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Encerrada a discussão. Em votação o parecer do deputado Ademar Luiz Traiano.

Os deputados que aprovam o parecer do deputado Ademar Luiz Traiano permaneçam como estão. **Aprovado.**

Está em discussão o projeto.

Encerrada a discussão.

Está em votação o projeto ressalvadas as emendas.

Aprovado, artigo por artigo.

Está em votação agora a Emenda nº 01. Comissão Geral de Plenário.

Aprovada.

Seis (06) emendas de Plenário com Parecer Contrário do relator. Vamos votar em bloco as seis (06) emendas.

Os deputados que aprovam as emendas, queiram levantar-se.

Rejeitadas as emendas.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem)

Peço que Vossa Excelência registre o voto favorável às emendas, dos deputados: Caíto Quintana, Orlando Pessuti, Edson Strapasson, Nereu Moura, Luiz Carlos Zuk, Waldyr Pugliesi, Ademir Bier, José Maria Ferreira, Eli Ghellere, Luciana Rafagnin, Moysés Leônidas, Irineu Colombo, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni e Beraldin.

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 230/99, de autoria do deputado Renato Gaúcho, que veda a discriminação na circulação de serviços em condomínios residenciais e/ou comerciais. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J., C.D.H.. COM EMENDA DA C.C.J. (Publ. no D.A. nº 40, de 10.05.99)

PROJETO DE LEI Nº 230/99

P A R E C E R :

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do ilustre deputado Renato Gaúcho, tem por finalidade vedar a discriminação na circulação de serviços em condomínios residenciais e/ou comerciais.

Em suma, trata-se de projeto de evidente constitucionalidade quanto a iniciativa, e de relevância para a garantia dos predicados da cidadania.

Ante a evidente restrição que faz o projeto ao usar a expressão serviços, e por se referir, também restritivamente a condomínios residenciais e/ou comerciais, e ainda por ser de natureza eminentemente restritiva, quiçá discriminatória, cremos não se deva ignorar a importância da pretensão expressada no projeto.

Entendemos aproveitar a esplendorosa intenção e apresentamos parecer favorável na forma do substitutivo geral.

Sala das Comissões, em 01.06.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

HERMES FONSECA - Relator

PROJETO DE LEI Nº 230/99

SUBSTITUTIVO GERAL

Art. 1º - É vedada a restrição de acesso de pessoas às unidades de edifícios de qualquer natureza, mediante a discriminação do uso das entradas, elevadores e escadas dos prédios, em virtude da raça, cor ou condição social.

Art. 2º - É obrigatória a afixação, no quadro de aviso dos prédios, de forma visível, das normas contidas nesta lei.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.06.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

HERMES FONSECA - Relator

Apoioamento:

Marcos Isfer.

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS
PROJETO DE LEI Nº 230/99

P A R E C E R :

De autoria do deputado Renato Gaúcho, o projeto de lei em tela visa vedar a discriminação na circulação de serviços em condomínios residenciais e/ou comerciais.

A proposta em questão reveste-se de evidente constitucionalidade quanto a iniciativa e de grande relevância para a garantia da cidadania, tendo em vista a natureza eminentemente discriminatória da mesma.

No aspecto legal e constitucional, a medida veio a receber parecer favorável na forma do substitutivo geral que acompanha o projeto em estudo.

Ao ser chamada a opinar, esta Comissão de Direitos Humanos, vem a mesma seguir o entendimento da comissão supracitada, emitindo pois Parecer Favorável na forma do substitutivo geral.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 01.06.99.

(aa) PASTOR EDSON PRACZYK - Presidente

CÉSAR SELEME - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do senhor deputado Renato Gaúcho, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões. **Aprovado.**

Fica, portanto, adiada a discussão por 10 (dez) sessões, do Projeto de Lei nº 230/99.

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 232/99, de autoria do deputado Ricardo Maia, que isenta de pagamento de taxa de permanência de veículos proprietários que regularizem multas no Detran e/ou no DER. **CONTRÁRIO DA C.C.J. E S.P. E FAVORÁVEL DA C.F. (Publ. no DA. nº 41 de 11.05.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 232/99

P A R E C E R :

Relatório

Da autoria do deputado Ricardo Maia, o presente projeto de lei visa isentar de pagamento de taxa de permanência de veículos em pátios do Departamento Estadual de Trânsito - Detran e/ou do Departamento de

Estradas de Rodagem - DER, os proprietários de veículos que tenham regularizado suas multas nestes órgãos.

Fundamentação

Após a devida análise por esta comissão em relação aos aspectos constitucionais e legais da matéria, constatou-se que a mesma fere legislação federal, especificamente ao Código de Trânsito Brasileiro - Lei nº 9.503/97, Lei nº 7.811/83. Ou seja, a primeira trata da apreensão como sanção penal e a outra dos custeios de autarquia em questão. A fonte de renda desta autarquia são as taxas, pois, multas não são fonte de custeio do Detran, sendo estas rateadas entre o município e o Funrestran.

Outrossim, o projeto vem desrespeitar o município da legalidade administrativa, que cita que o administrativo deve ressarcir a Administração Pública pelo que deu causa. E sendo dever do Detran apreender o veículo pelo descumprimento de norma de trânsito, quando expressamente citado na norma e este tendo despesas e responsabilidade pela guarda do veículo apreendido, é justo que lhe seja dado ressarcimento. Hoje, esta taxa é de R\$7,22 por um dia/guarda.

Conclusão

Isto posto, este relator é compelido a se manifestar contrariamente a aprovação do projeto em análise, já que é o mesmo inconstitucional e fere a legislação federal.

Assim sendo, é o nosso Parecer Contrário a sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.06.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 232/99

P A R E C E R :

De autoria do deputado Ricardo Maia, o presente projeto de lei visa isentar de pagamento de taxa de permanência de veículos em pátios de Departamento Estadual de Trânsito - Detran e/ou do Departamento de Estrada de Rodagem - DER, os proprietários de veículos que tenham regularizados suas multas nesses órgãos.

A que cabe a esta comissão se manifestar, conforme lhe preceitua o § 3º, do art. 33, do Regimento Interno, posiciona-se pelo Parecer Favorável à aprovação do presente projeto de lei, pelas razões apresentadas em sua justificativa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30.06.99.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente

DÚLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 232/99

P A R E C E R :

Relatório

De autoria do senhor deputado Ricardo Maia, o presente projeto de lei visa isentar de pagamento de taxa de permanência de veículos em pátios do Departamento Estadual de Trânsito - Detran e/ou do Departamento de Estradas de Rodagem - DER, os proprietários de veículos que tenham regularizado suas multas nestes órgãos.

Fundamentação

Sobre a matéria já existe o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar esta Comissão de Segurança Pública, segue o mesmo parecer da Comissão de Constituição e Justiça, já que o projeto em análise é inconstitucional.

Conclusão

Diante do exposto, somos de Parecer Contrário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21.05.99.

(aa) RICARDO CHAB - Presidente

MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

Rejeitado.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem)

Peço que registre os votos dos deputados anteriormente anunciados que aprovam o projeto e mais o voto do deputado Cesar Seleme.

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 233/99, de autoria do deputado Ricardo Mais, que isenta do pagamento de taxa de vestibular alunos egressos de escola pública estadual. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 41, de 11.05.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 233/99

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 233/99, de autoria do deputado Ricardo Maia, isenta do pagamento de taxa de vestibular alunos egressos de escola pública estadual.

O programa de autonomia das Universidades e Faculdades Estaduais não representou a privatização dessas organizações. Assim, as mesmas continuam recebendo recursos do Estado, que inclusive mantém as folhas de pagamento para inativos e pensionistas.

Dessa forma, não há impedimento para a implantação do disposto na matéria em análise. Não fere a autonomia das Universidades e Faculdades.

Cabe destacar que a taxa de inscrição no concurso vestibular limita a participação de muitos estudantes das escolas públicas. É verdade que as Universidades e Faculdades abrem a opção para essas pessoas preencherem requerimento solicitando a dispensa do pagamento

da taxa de inscrição. Porém, o processo é burocrático e só beneficia uma parcela muito pequena de estudantes.

Isto posto, somos de parecer favorável à tramitação do Projeto de Lei nº 233/99, por ser inconstitucional, legal e na forma da técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 25.05.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 296/99, de autoria do deputado Hidekazu Takayama, que altera dispositivo do Projeto de Lei nº 181/99, que declarou de Utilidade Pública a Associação Rádio Comunitária Novo Dia, com sede e foro no Município de Faxinal. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 59, de 01.06.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 296/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Hidekazu Takayama, tem por objetivo alterar dispositivos do Projeto de Lei nº 181/99, que declarou de Utilidade Pública a Associação Rádio Comunitária Novo Dia, com sede e foro na cidade de Faxinal.

Chamada esta comissão a se manifestar, com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é Favorável.

Sala das Comissões, em 17.08.1999.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 301/999, de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk, que proíbe o Poder Executivo de realizar cortes do orçamento de 1999, em programas da área social. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., E C.F.. **(Publ. no D.A. nº 61, de 07.06.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 301/99

P A R E C E R :

O presente Projeto de Lei, de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk, tem por objetivo proibir o Poder Executivo de realizar cortes no orçamento de 1999, em programas da área social.

Chamada esta Comissão a se manifestar, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 08.08.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 301/99

P A R E C E R :

Relatório

O projeto de lei em tela, de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk, tem por finalidade, proibir o Poder Executivo a realizar cortes no orçamento de 1999, em programas da área social.

Fundamentação

A proposição, foi analisada anteriormente pela Comissão de Constituição e Justiça, a qual recebeu o Parecer Favorável na forma da Emenda Modificativa apresentada. Chamada a opinar, esta douta Comissão de Finanças, acompanha o parecer da Comissão supracitada, manifestando o Parecer Favorável ao projeto de lei ora em análise.

Conclusão

Assim sendo, no âmbito desta Comissão Técnica, conforme o disposto no Artigo 33, § 3º, do Regimento Interno, opinamos pela aprovação da matéria, através do Parecer Favorável na forma da Emenda Modificativa ao Projeto de Lei nº 301/99.

Sala das Comissões, em 18.10.2000.

(a) ADEMIR BIER - Presidente

LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO - Relator

Aprovado.

O SR. CEZAR SILVESTRI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, este projeto que está na Ordem do Dia, item 13º, é um projeto que acho que não teria mais porquê votarmos. Se Vossa Excelência observar, ele é de autoria do pastor Edson: "...proíbe o Poder Executivo de realizar cortes no Orçamento de 1999, em programas da área social."

Logicamente que não teria mais porquê votar. E quero aproveitar a oportunidade para fazer um apelo à Mesa Executiva: esse projeto não passou pela Comissão de Orçamento e, na verdade, ele diretamente mexe com o orçamento do Estado. Pediria à Mesa Executiva que todos os projetos que fossem referentes a alterarem o orçamento do Estado, que passem obrigatoriamente pela Comissão de Orçamento.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está registrado, senhor deputado.

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, em comum acordo com o nosso líder de Bancada, deputado Durval Amaral, sugeri e pedi a possibilidade de passar na 1ª Discussão e já tenho em mãos uma emenda modificativa sanando, inclusive, esse erro de expiração de prazo.

Então, acrescentamos também essa emenda que vai ser colocada em 2ª Discussão, acrescida a observação da responsabilidade fiscal dos municípios, dos Estados, e também acrescidos os exercícios de 2000 e 2002.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Eu faria uma solicitação ao nobre deputado, para o deputado retirar esse projeto e apresentar outro projeto no mesmo sentido.

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK

Pode ser, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Dentro da concordância do nobre deputado Pastor Edson, retira-se o projeto e vai para o arquivo.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, apesar de ter sido votado, mas o Projeto de Lei nº 296/99 também tem uma incorreção que não deixou-o perfeito. Súmula: "Altera o dispositivo do Projeto de Lei nº 181/99. Um Projeto de Lei alterando um Dispositivo de outro Projeto de Lei! E no texto: "Artigo 1º ficam alterada a Emenda do Artigo 1º do Projeto de Lei nº 181/99, o Projeto de Lei 296/99, do deputado Hidekazu Takayama.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Houve um erro de impressão aqui, deputado. Ele já foi votado e amanhã voltará em 2ª Discussão e nós faremos a correção para sanarmos o erro.

O SR. BERALDIN (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, 07/11/2000, foi aprovado por esta Casa um requerimento de nossa autoria que solicita informações contábeis das empresas concessionárias do Anel de Integração do Estado do Paraná e até o momento nós ainda não recebemos a resposta. Queria apenas comunicar à Casa que o prazo, evidentemente, já se encerrou.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nós vamos solicitar novamente as informações que o nobre deputado solicitou.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, o problema das Comissões Parlamentares de Inquérito, até agora não sabemos se a Mesa já recebeu os relatórios das CPI's que foram concluídas ainda o ano passado. O deputado Nelson Justus não tinha mais como ampliar o prazo, porque o Regimento não permitia. Dessa forma quero solicitar a Vossa Excelência em que pé se encontram essas CPI's que levaram o ano inteiro e que ainda não têm relatório, pelo menos, de conhecimento do plenário desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nós vamos fazer um apelo aos senhores membros das Comissões de Inquéritos para que façam um relatório final dos seus trabalhos.

O SR. ALGACI TULIO (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, como presidente da Comissão de Inquérito do Narcotráfico e do Crime Organizado, a CPI está ultimando o seu relatório, ela tem o prazo, estabelecido por Lei, até o dia 15 de março. Portanto, quem sabe nos próximos 10 ou 15 dias, ela conclua o seu trabalho.

Muito obrigado!

O SR. HIDEKAZU TAKAYAMA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, é só em nível de esclarecimento e acrescentando, e agradecendo ao deputado José Maria, pela oposição rígida de até querer fazer algumas observações à Lei de Utilidade Pública.

Obrigado.

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, em dezembro de 2000 foi levantada uma Questão de Ordem a respeito dos prazos para apresentação de Emendas à reforma da Constituição e à reforma do regimento. E ficou para o início deste período, agora, nas Sessões Legislativas, nós ajustaremos novos prazos para apresentação destas Emendas.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Quero informar ao nobre deputado que existe sobre a mesa requerimento do deputado Caíto Quintana, formulando o pedido que se prorrogue, a partir de hoje, por trinta dias.

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

O questionamento que fazemos, senhor presidente, é que estes prazos foram estabelecidos através de projeto de resolução, se não me falha a memória. E se nós não teríamos que votar um projeto de resolução, estabelecendo novos prazos e se o Plenário seria soberano com este requerimento do deputado Caíto Quintana, para estabelecer novos prazos.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nós informamos ao nobre deputado que amanhã daremos a resposta, depois de buscarmos as informações necessárias. Aproveito para solicitar aos líderes dos Partidos do PMDB, PSDB, PSL, PL e PST que façam a indicação de seus membros para as comissões da Casa. O prazo estabelecido é até amanhã. Nós não vamos prorrogar o prazo. O Partido que não indicar, esta Presidência vai indicar os no-mes.

Sobre a mesa, requerimento nº 109, de autoria dos senhores deputados Luiz Carlos Martins e Algaci Tulio, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 157 de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 086 de autoria do senhor deputado Fernando Ribas Carli, com apoio dos senhores deputados Divanir Braz Palma, Tony Garcia, Serafina Carrilho, Nereu Moura e Plauto Miró Guimarães, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 090, de autoria do senhor deputado, Ângelo Vanhoni, com apoio do senhor deputado Algaci Tulio, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.**

O SR. DURVAL AMARAL

Para encaminhar, senhor presidente.

(**Assentimento**)

Em entendimento com o deputado Ângelo Vanhoni, conversei com o secretário Andreghetto - ele está à disposição para vir a esta Casa. Virá uma Comissão de Meio Ambiente, sendo desnecessária a votação desse requerimento no Plenário. É só marcar a data e ele vem sem nenhum problema, porque é de interesse dele e de interesse da Secretaria de Meio Ambiente esclarecer esse assunto.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor presidente, Pela Ordem.

(**Assentimento**)

Esse entendimento é correto com o deputado Durval Amaral, mesmo porque o superintendente do IAP vem a esta Casa, para nos subsidiar do ponto de vista do que pode ser feito, para fiscalizar, para que o que está ocorrendo no Estado do Paraná não continue a ocorrer.

No entanto, se for possível, a votação do convite ao superintendente da Repar, porque seria importante que esse senhor comparecesse à Assembléia Legislativa, para dizer o que é que está acontecendo com a Petrobrás, em território paranaense, que tem trazido danos incalculáveis ao meio ambiente da nossa terra.

O SR. DURVAL AMARAL (**Para Encaminhar**)

Perfeitamente.

Só ratificando, então, que o convite fosse formulado para comparecer à Comissão de Meio Ambiente.

O SR. ÂNGELO VANHONI (**Pela Ordem**)

Não tem problema. Está bom.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em votação o convite para a Comissão do Meio Ambiente, quando estiver constituída, ser feito o convite do senhor Rubens Eduardo de Medeiros Novick.

Em votação o requerimento.

Os senhores deputados que aprovam, permaneçam como estão.

Aprovado.

Requerimento nº 087, de autoria do senhor deputado Fernando Ribas Carli, com apoio dos senhores deputados Orlando Pessuti, Nelson Garcia, Nereu Moura e demais senhores deputados, constantes do expediente de sessão anterior. **Retirado pelo autor.**

O SR. CEZAR SILVESTRI

Pela ordem senhor presidente?

(**Assentimento**)

O SR. CEZAR SILVESTRI

Antes que Vossa Excelência coloque em votação, queria fazer um pedido ao autor do requerimento, para que fosse retirado esse requerimento da Ordem do Dia, em função de que foi feita uma auditoria, pela Secretaria do trabalho, exatamente sobre este assunto. Esta auditoria já está concluída.

Já fiz uma solicitação, para que a Secretaria de Trabalho nos enviasse o resultado dessa auditoria. Acreditamos ser desnecessário que seja feita uma nova auditoria, para uma outra Secretaria correlata. Se o autor entender dessa foram, eu pediria, deputado Fernando Ribas Carli, se Vossa Excelência concorda com a retirada do requerimento.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Senhor presidente, em conversa que mantivemos com o deputado Cezar Silvestri, ele já nos fez esclarecimentos, que se tornarão mais claros ainda, mediante o resultado do trabalho, que está sendo executado pela Secretaria do Emprego e de Relações do Trabalho, não é isso, deputado?

O SR. CEZAR SILVESTRI

Exatamente.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Em função dessa auditoria, que já está sendo realizada pela Secretaria do Emprego e de Relações do Trabalho e também pela idoneidade que tem a nossa Universidade do Centro-Oeste, retiro o requerimento e aguardo essas informações e tão logo as tenha, faremos questão de dar ciência e conhecimento ao plenário.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Defiro a solicitação do requerente.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Pela ordem, senhor presidente?

(**Assentimento**)

Apenas gostaria de deixar claro aos nobres deputados de Guarapuava e da Unicentro, de que nos reservamos o direito de, na seqüência querermos saber, que ficou constatada: houve uma cachorrinha e um outro animalzinho, que receberam diploma e temos que saber quem é que forneceu. Pode não ser de responsabilidade da Unicentro.

O SR. CEZAR SILVESTRI

Senhor presidente, pela ordem?

(**Assentimento**)

Lamento, deputado Caíto Quintana, sou um deputado que o conhece há muito tempo e sempre tive o maior respeito pela sua pessoa.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Não vem ao caso. Também tenho por Vossa Excelência...

O SR. CEZAR SILVESTRI

E que Vossa Excelência insista em um assunto - ficou muito claro, quando encaminhado e fizemos um aparte ao nobre deputado Fernando Ribas Carli, quando ele se pronunciou sobre o assunto que o diploma não foi fornecido pela nossa universidade. Na verdade a revista Veja publicou que era um diploma universitário, foi feito um convênio entre a Universidade e a Secretaria de Trabalho, para formação profissional, curso de 12 horas, não eram cursos universitários, que eram fornecidos pelos escritórios regionais da Secretaria de Trabalho. Não tinha nada, absolutamente nada com a Unicentro, apenas a Unicentro participava desse convênio.

Infelizmente o nome da nossa Universidade está sendo jogado no lixo, trazendo um grande prejuízo a uma das Universidades mais respeitadas, de todo Brasil.

E o deputado Fernando Ribas Carli já disse também que logo que tenhamos o resultado dessa auditoria, esse resultado será transcrito e lido aqui na Assembléia Legislativa.

O SR. CAÍTO QUINTANA (**Pela Ordem**)

Apenas, senhor presidente, para não parecer porque acho que pedido de Ordem não é para fazer debate, o que quero dizer, deputado, quero deixar claro o seguinte: aliás foi na Constituinte que nós criamos a Unicentro, portanto é um estabelecimento do Paraná. E não estou dizendo que foi a Unicentro que fez, estou dizendo que alguém fez e quem fez vai ter que responder pelo que fez porque vai manchar o nome das Universidades do Estado, e ela é uma instituição pública, de 3º grau do Estado do Paraná. Não estou dizendo que foi ela que fez, apenas acho que não basta pegar e fazer uma sindicância da

Secretaria do Trabalho e nós não ficamos sabendo quem fez, porque alguém forneceu este documento e nós precisamos saber quem forneceu este documento, para ser responsabilizado.

Requerimento nº 085, de autoria do deputado José Maria Ferreira, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 091, de autoria do deputado Cleiton Kielse, constantes do expediente de sessão anterior. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 102, 103, 104, 105, 106 e 107, de autoria do deputado Nelson Tureck, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 110 a 118, 140 e 144, de autoria do deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 119, de autoria do deputado Algaci Tulio, constante do expediente. **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento nº 120, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 121, de autoria do deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 123, de autoria do deputado Edson Strapasson, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 124, de autoria do deputado Élio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 130, de autoria do deputado Caíto Quintana, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 136, de autoria do deputado Tiago Amorim Novaes, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 138 e 139, de autoria do deputado Luiz Accorsi, constante do expedientes. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 145, e 146, de autoria do deputado Hermes Fonseca, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 151, de autoria do deputado Élio Rusch, com apoio dos senhores deputados Sérgio Spada, Chico Noroeste, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 154, de autoria do deputado Beraldin, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Esta presidência informa uma Questão de Ordem, levantada pelo deputado Pessuti, nós vamos ter que fazer mesmo um Projeto de Resolução para alterarmos a data estabelecida para apresentação das emendas a Constituição do Estado.

O deputado Caíto Quintana, apresentou hoje, com apoio do deputado Luiz Carlos Zuk, o Projeto de Resolução que prorroga o prazo definido na Resolução nº 10/2000. Artigo Único: Fica prorrogado, por 30 dias, a contar de 1º de março de 2001 o prazo contido no artigo 4º da Resolução 10/2000, para apresentação de emendas e revisão constitucional.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem)

Senhor presidente, como essa prorrogação que acontecerá a partir do dia 1º de março, seria importante, já que é um Projeto de Resolução e o parecer a esse projeto é da Comissão Executiva, porque trata de questão regimental que a Comissão Executiva pudesse oferecer um parecer, ainda no dia de hoje e incluir este Projeto de Resolução para ser votado na Sessão de amanhã, para que possamos ter este assunto resolvido antes do dia 1º de março.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

A Comissão Executiva vai tomar providência para que seja dado o parecer e seja incluído na Ordem do Dia de amanhã.

Faço uma solicitação novamente, um apelo aos líderes do PSL, do PL e do PST para indicação até amanhã dos membros que farão parte das Comissões.

O SR. ALGACI TULIO (Pela Ordem)

Senhor presidente, fiquei entusiasmado, fiquei feliz no seu pronunciamento de posse nesta Casa, quando Vossa Excelência falou de descentralizar o trabalho da Assembléia.

Queria fazer um apelo a Vossa Excelência que verificasse junto ao Departamento legislativo, um projeto de Resolução de minha autoria que leva o nº 34/91, foi no meu 2º mandato nesta Casa, assinado por mim e pela então deputada Emilia Belinati, que estabelece normas que evidentemente dá algumas diretrizes para se fazer as descentralização da Assembléia.

Acho que é importante, fiquei realmente feliz com o seu pronunciamento, acho que a Assembléia tem que sair das quatro paredes, tem que ir para o interior do Estado, nas microrregiões, se instalar, discutir os problemas do Paraná num todo, não apenas ficarmos nós aqui entre quatro paredes discutindo e não sabendo a realidade de uma região.

Às vezes um deputado de Curitiba não conhece uma microrregião do interior do Paraná e vice-versa.

Acho que é importante a gente discutir e conhecer melhor este Paraná até para podermos tirarmos algumas conclusões. Vem aí o problema da Copel, acho que um momento oportuno até que esta Assembléia vá para o interior, vá ouvir as lideranças de outros municípios, qual é a opinião, discutir a profundidade da questão da privatização ou não da Copel.

Por isso pediria a Vossa Excelência que procurasse ver o Departamento Legislativo, mandar a asses-

soria verificar, onde está este projeto de resolução datado do dia 05 de junho de 1991, que estabelece, prevê a descentralização das atividades da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná e dar outras providências. É uma contribuição que estou dando à Casa e em cima do seu discurso de posse aqui na Assembleia.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Nobre deputado Algaci Tulio, eu faria uma solicitação a Vossa Excelência que fosse refeito o projeto, este projeto está arquivado de acordo com o artigo 220, do nosso Regimento Interno.

Gostaria que Vossa Excelência refizesse novamente e apresentasse.

O SR. ALGACI TULIO

Não é o problema de fazer, até porque já está dentro da proposta de Vossa Excelência, eu gostaria de entender o porquê que ele está arquivado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Por ser de legislatura anterior. O Artigo 250 fala: serão arquivados em qualquer fase de tramitação as proposições apresentadas em legislaturas anteriores.

O SR. ALGACI TULIO

É lamentável porque nós sabemos porque ele não caminhou, ele ficou perdido numa das gavetas da Casa naquele período. Lamentável.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 22, às 10:00 horas com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 064, 066, 067, 068 e 073/96

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 005/01

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nº 104 e 233/99

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei Complementar nº 313/99, de Lei nºs 344, 390, 391, 444/99 e do de Resolução nº 002/01.

Marco ainda uma sessão extraordinária para logo após com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 029, 041/95, 040, 062, 065/96, 023/97, 004 e 008/98.

REDAÇÃO FINAL - do projeto de Lei nº 005/01.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 002/01.

Levanta-se a sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO, NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO ALGACI TULIO, EM SESSÃO DO DIA 21 DE FEVEREIRO DE 2000.

“Coisa de pobre”

Luiz Augusto Xavier
O Estado do Paraná e
Tribuna do Paraná

Resolvido, a culpa é do pobre.

É ele que vai a campo e promove desordens, depreda patrimônio dos clubes e arrasa ônibus e terminais após os grandes clássicos do futebol para-naense. Maldito dia em que permitiram que o pobre entrasse nos campos de futebol - é o que muita gente deve estar lamentando. Devia ficar longe, ouvindo radinho e torcendo para o sucesso do vizi-nho, do primo, do amigo em campo, pois são eles mesmos, os pobres, que fazem a festa dos gols a cada partida.

Pois a idéia que se passa é essa, a partir da interpretação das medidas adotadas ontem pela comissão encarregada de sugerir medidas para o fim da violência nos estádios de futebol. Uma delas é segregacionista e sugere o aumento nos preços dos ingressos para selecionar o torcedor que vai a campo.

É o que o Atlético vem fazendo em alguns de seus jogos e que nem por isso impediu a briga entre integrantes de duas de suas torcidas organizadas em uma partida recente, no Joaquim Américo.

Jogo de uma torcida só, que tinha tudo para ser pacífico.

Aumentar preço de ingresso não impede a violência, pois o pobre também é educado e sabe se comportar em público.

O que pode resolver são sim, as outras medidas sugeridas ontem pela comissão especial.

Especialmente aquela que sugere ao poder Judiciário, agilidade na condução dos processos abertos contra os arruaceiros presos em dias de jogos. Assim que for espalhada a notícia que têm gente obrigada cumprir penas alternativas em dias de jogo, a crista de muita gente metida a valente vai baixar.

Interessante também a sugestão de restrição à venda de bebidas alcoólicas em locais próximos aos estádios e a da proibição do uso de camisetas de torcidas organizadas nas praças esportivas e nos ônibus.

O mais importante de tudo, porém, é que pela primeira vez alguém decide tomar medidas reais contra esse estado de coisas que se estabelece principalmente em dias de clássicos. Até ontem, o que mais se ouvia era queixa de um lado, protesto de outro, ameaças, muita trovada e pouca chuva.

Retórica

Eurico Miranda veio por aqui e safou-se da sarai-vada que lhe esperava no programa “Mesa Redonda”. Sorriu, foi simpático, garantiu que o Paraná Clube está na primeira divisão do futebol brasileiro e exibiu documentos a qualquer dúvida levantada.

E até recuou - fato raro em seu comportamento - quando Valmir Gomes tomou as dores dos paranaenses e não permitiu ataques ao senador Álvaro Dias hoje desafeto do deputado vascaíno. Miranda retirou o que havia dito desculpou-se.

Chegou bandido e saiu sorrindo. Ele é muito bom com a palavra. Pena que não costuma utilizá-la a serviço do bem.

Balancete:

OFÍCIO Nº 04

Curitiba, 19 de fevereiro de 2001.

Senhor Diretor.

Pelo presente venho respeitosamente a presença de Vossa Senhoria apresentar o Balancete Financeiro deste Poder referente ao mês de JANEIRO/2001, conforme relatório anexo pedindo para que seja feita a publicação do mesmo no Diário desta Casa.

Certo de sua atenção reitero a Vossa Senhoria protestos de estima e consideração.

(a) EDISON CARLOS DE OLIVEIRA

Coordenadoria de Contabilidade

ILUSTRÍSSIMO SENHOR

GABRIEL LUIZ FRANCESCHI

Mui Digno Diretor da DAT

Nesta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

NESTE EDIFÍCIO

Table 1:

BALANCETE FINANCEIRO	MÊS: Janeiro	REF: GAR260A
ÓRGÃO.....: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ		PAG.: 01
UNIDADE: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ		Data:31/01/2001
MÊS: Janeiro	Exercício: 2001	

Table 2:

RECEITA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
I - ORÇAMENTÁRIA		
RECEITAS CORRENTES	8.030.000,00	8.030.000,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIA CORRENTES	8.030.000,00	8.030.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	200.000,00	200.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITOS	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	200.000,00	200.000,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00
TOTAL DA RECEITA	8.230.000,00	8.230.000,00

Table 2:

RECEITA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
II - EXTRA-ORÇAMENTÁRIO		
ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
REALIZÁVEL	0,00	0,00
PENDENTE	0,00	0,00
INTERLIGAÇÃO DE SISTEMAS	0,00	0,00
PASSIVO FINANCEIRO	131.158,64	131.158,64
DÉBITOS DE TESOURARIA	0,00	0,00
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	131.158,64	131.158,64
INTERLIGAÇÃO DE SISTEMAS	0,00	0,00
TOTAL DO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	131.158,64	131.158,64
SALDO DO MÊS ANTERIOR		
CAIXA	0,00	0,00
BANCOS	5.725.792,55	5.725.792,55
VINCULADO	0,00	0,00
TOTAL DE SALDOS DO MÊS ANTERIOR	5.725.792,55	5.725.792,55
TOTAL	14.086.951,19	14.086.951,19

Table 3:

BALANCETE FINANCEIRO ÓRGÃO.....: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ UNIDADE: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ MÊS: Janeiro Exercício: 2001	REF: GAR260A PAG.: 02 Data: 31/01/2001
--	--

Table 4:

DESPESA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
I - ORÇAMENTÁRIA		
DESPESAS CORRENTES	5.796.993,06	5.796.993,06
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.271.731,35	5.271.731,35
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	525.261,71	525.261,71
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00

Table 4:

DESPESA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
TOTAL DE DESPESAS	5.796.993,06	5.796.993,06
II - EXTRA-ORÇAMENTÁRIO		
RESTOS A PAGAR	260.775,70	260.775,70
PAGAMENTOS	260.775,70	260.775,70
CANCELAMENTOS	0,00	0,00
ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
REALIZÁVEL	0,00	0,00
PENDENTE	0,00	0,00
INTERLIGAÇÃO DE SISTEMAS	0,00	0,00
PASSIVO FINANCEIRO	211.771,00	211.771,00
DÉBITOS DE TESOURARIA	0,00	0,00
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	211.771,00	211.771,00
INTERLIGAÇÃO DE SISTEMAS	0,00	0,00
TOTAL DO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	472.546,70	472.546,70
SALDO PARA O MÊS SEGUINTE		
CAIXA	0,00	0,00
BANCOS	7.817.411,43	7.817.411,43
VINCULADO	0,00	0,00
TOTAL SALDOS PARA O MÊS SEGUINTE	7.817.411,43	7.817.411,43
TOTAL	14.086.951,19	14.086.951,19

Table 5:

(aa) ABIB MIGUEL - Diretor Geral
GABRIEL LUIZ FRANCESCHI - Diretor da Diretoria de Apoio Técnico
EDISON CARLOS DE OLIVEIRA - Coordenador de Contabilidade